

Manzúa

3





Chega de bater asa, deixa de ser teimoso
Chega de bater asa, deixa de ser teimoso
Vamo ficar quieto em casa que a corona é perigoso
Vamo ficar quieto em casa, a corona é perigoso

LINDAURA GONÇALVES ROCHA – Dona Lili (Ribeirão de Areia)

Alô, minha gente, vamo conscientizar, o coronavírus está vindo para matar
Alô, minha gente, vamo conscientizar, o coronavírus está vindo pra acabar
Não acaba não, não acaba não
Deus não vai deixar acabar com a geração

ADMILZA RODRIGUES PEREIRA AMORIM – Dona Lita (Ribeirão de Areia)

Tem sessenta dias que eu não saio de casa
Por causa desse vírus que evém matando
Por causa desse vírus que evém matando
Mas não pega, não... não pega, não
É só lavar as mãos com água e sabão

LEVINA VIEIRA DOS SANTOS (Ribeirão de Areia)

Foto: Maria Ribeiro
Na roda do Manzuá.



CAMINHAR JUNTOS

A Manzuá chega à sua terceira edição e ser parceiro de caminho da revista, inclusive além de sua versão impressa, é motivo de orgulho e alegria para o BDMG Cultural.

Uma edição tecida e publicada no tempo de transformação que nos arrebatou em 2020. Os desafios sanitários, econômicos, sociais e políticos deste momento exigem de nós reflexão e empenho para construir novas formas de ser e estar no mundo. E são tantas e tão generosas as contribuições que o Sertão nos revela, que só podemos convidar a todos para uma leitura atenta e afetuosa das páginas que seguem.

Na abertura do belo ensaio fotográfico de Edgar Xakriabá, parte do verso de seu avô, José de Sousa Xakriabá, nos lembra: “tenha paciência com o tempo, que tudo, com tempo, tem tempo”.

E se o mundo nos impôs pausas e exigiu paciência, precisamos compartilhar experiências sobre como nos haver com este tempo. Caminhos não faltam e muitos estão indicados nesta revista. Textos escritos por mulheres contam de espaços marcados pela presença feminina no território do Grande Sertão; experiências comunitárias e cooperativistas nos apontam novos modelos econômicos; as imagens, o cinema, a memória e as profecias não esquecidas nos aguçam a imaginação porque, sem elas, nada é possível.

Ainda que muitas histórias revelem a realidade do território diante da Covid-19, “No zumbido da abundância” sugere algo de mais emblemático e necessário para o agora. Polinizar para multiplicar, para diversificar, para conservar, para desejar. Polinizar novos futuros.

Guimarães Rosa escreveu que “o sertão é uma espera enorme”. Na espera da chuva, dos ciclos da natureza, das reviravoltas do mundo, o sertão nos ensina que a espera é também ativa, dinâmica e consciente. Está tudo aqui, nesta Manzuá.

GABRIELA MOULIN
DIRETORA PRESIDENTE DO BDMG CULTURAL

EDITORIAL

A Manzuá chega à sua 3ª edição a partir de muitas mãos. Seguindo o desejo de continuar abrindo processos e ampliando nossos olhares para a realidade do Cerrado e de seus povos no território do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu, a revista foi produzida em meio a um turbilhão de acontecimentos que marcam definitivamente a vida de todas e todos nós.

Joel Sirqueira, coordenador de trabalhos com extrativismo e agricultura, diante do estoque de polpas de frutos que deixou de ser comercializado logo que as escolas foram fechadas em toda a região, observa como “um ser minúsculo, invisível até para alguns microscópios, gerou algo tão grande, mundial”. A pandemia de Covid-19 mudou nossa maneira de conviver, trabalhar, construir e compreender o valor da vida.

Como ponto de partida, era preciso escutar o mundo e o próprio coração, lançar na mesa as perguntas que tínhamos, até nossos medos e incertezas, buscando encontrar os pontos de luz que nos ajudam a olhar com afeição para a realidade, enfrentar as dificuldades e buscar, com os recursos que temos, seguir adiante mais conscientes da nossa casa comum. Assim, fomos seguindo o rastro de pessoas e iniciativas que têm, na experiência comunitária, na relação com a natureza, no desejo da solidariedade, na generosidade e na partilha, o brilho dos olhos.

E foi olhando a natureza pelos olhos de Sérgio, Jacinto, Sebastião, João e Joselina que aprendemos a esperar.

Foi ouvindo as profecias do *Tempo do Quetaí* lembradas por Elomar, Jau e José que vimos o mundo dar voltas e seguir seu curso.

Foi confiando nos versos de dona Lili, Lita e Levina que lembramos de usar a máscara e lavar as mãos.

Foi reconhecendo na força das mulheres do Gerais, do Urucuia e da Estiva a insistência da permanência e do trabalho que aprendemos a resistir.

Foi no reconhecimento da riqueza da biodiversidade e do trabalho de homens e mulheres que ajudam a polinizar o sertão que vimos que a vida pode se renovar todos os dias.

Foi vendo a luta dos Xakriabá e as imagens de Edgar que aprendemos que o tempo é feito da história que recebemos mas que também ajudamos a construir coletivamente.

Foi vendo os agricultores e coletores buscarem no chão os alimentos que geram renda e nutrem pessoas que aprendemos a generosidade de cuidar dos frutos que virão.

Foi na memória, na poesia, na dança e na imagem que revela o invisível do mundo que reconhecemos que a vida não termina no nada e que é nosso dever protegê-la.

Foi no mutirão, no associativismo e nas redes de cooperação mais solidárias que aprendemos que só vamos sair dessa melhores do que antes se seguirmos caminhando de mãos dadas.

**DAMIANA CAMPOS
MARCELA BERTELLI
CAROL ABREU**

*Até os pássaros, consoante os
lugares, vão sendo muito
diferentes. Ou são os tempos,
travessia da gente?”
(Guimarães Rosa,
Grande sertão: veredas)*

SUMÁRIO

<u>Nascentes geraizeiras</u>	07
<u>Estiva: tradição e porvir no Gerais</u>	12
<u>Baru pra mim foi toda vida</u>	18
<u>No zumbido da abundância</u>	23
<u>A partilha do alimento em tempos de covid-19</u>	30
<u>A resposta começa no andar junto</u>	38
<u>wahu: tempo e transformação</u>	45
<u>O sertão é uma espera enorme</u>	51
<u>Memórias barranqueiras</u>	57
<u>Todo verso que eu recito</u>	61
<u>Árvores do sertão: Barú</u>	62
<u>Agora o mundo quer ficar sem sertão...</u>	65
<u>...se um dia isso acontecer, o mundo acaba</u>	70
<u>diz: tempo do quetaí</u>	74
<u>Mulheres de linhas</u>	76
<u>quem escreve</u>	80
<u>Agradecimentos</u>	82

NASCENTES GERAIZEIRAS

DAMIANA CAMPOS

O Gerais é um lugar que se dá em relação com a força do lugar. Um campo aberto, onde gado é criado na solta. Aprendi que Gerais é tudo que é horizonte, onde os olhos não conseguem enxergar o fim. O Gerais é diferente da terra de cultura, sendo essa próxima de onde há água, terra de cultivo e onde vivem espécies importantes para a manutenção do povo sertanejo.

É no Gerais que encontramos a maioria dos pontos de coleta de frutos, onde ouvimos histórias de emboscadas e campeio do gado na literatura. Gerais é identidade coletiva, refere-se ao modo de vida, sendo o Gerais pertencente a quem vive nele.

Foto: Breno Lima
Por meio das cooperativas, produtos da agricultura familiar são comercializados em mercados como o de Rio Pardo de Minas.



Com essa visão, nos vemos dentro do Cerrado, como parte única em sua formação e modo de vida. Esse bioma é considerado berço das nascentes e das águas subterrâneas. Abundante em fauna, flora e tipos de solo, traz a cor de seus povos como registro de sua natureza. Positivá-lo faz parte da missão de vida de quem vive aqui, mas também do estrangeiro que passa e se apaixonou pela verdade desse território.

Esses foram os aprendizados-ensinamentos que vivi sendo filha e cria do Norte de Minas. E que com muito cuidado, sensibilidade e riqueza de informações, Mônica Nogueira trouxe em sua tese de doutoramento *Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do Norte de Minas Gerais*¹, que se tornou livro.

A ideia do Cerrado e do Gerais enquanto espaços “vazios” e “inóspitos”, fruto do projeto de negação do bioma, é desconstruída em sua tese pela força da palavra dos geraizeiros e geraizeiras. Longe de trazer a força do Cerrado pelo contraste Amazônia/Cerrado, bonito/feio, rico/pobre, ela segue com olhar interdisciplinar o movimento de afirmação identitária. E nos mostra como se deu a ocupação desse espaço vivo desde a pré-história e como ele é ressignificado por quem mora, vive e protege o território, numa relação profunda com a natureza.

Trouxe esse destaque como forma de agradecimento. Depois de vários anos apoiando as organizações do Cerrado, em especial na Rede Cerrado, hoje Mônica Nogueira é professora da Universidade de Brasília e coordena o mestrado em desenvolvimento e sustentabilidade junto a povos e comunidades tradicionais. É uma proposta pioneira para formação de povos e comunidades tradicionais e contextos comunitários. Eu tive a honra de compor a banca de seleção representando a Rede Cerrado.

Na seleção de 2019, eis que recebo o primeiro projeto escrito por uma mulher geraizeira, Maria Lúcia Agostinho², mãe, professora, pequena produtora. Naquele momento, lia pelos olhos dela a comunidade de Água Boa II e toda a história de resistência e mobilização pelas nascentes do Cerrado.

Lembrei-me que nosso primeiro encontro não se dava ali e sim em junho de 2014 durante a greve de fome e sede feita por 30 geraizeiras e geraizeiros na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Naquele momento, fazia a minha primeira assessoria pela Rede Cerrado e pude estar mais perto de Maria Lúcia e da sua companheira de articulação Neusita Ferreira Agostinho, geraizeira, coordenadora da Pastoral da Família e também moradora da Comunidade de Água Boa II. As sertanejas e sertanejos em greve traziam a

Foto: Valdir Dias

Romaria rumo ao Santuário de São Francisco de Assis em Chapada do Areião, marco sagrado para a comunidade.



demanda pela criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no território, que abarcava 19 comunidades e três municípios.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável, chamada de RDS, é uma categoria de Unidade de Conservação estabelecida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual rege a gestão dos espaços naturais especialmente protegidos no Brasil. No SNUC há dois tipos de UCs: as de proteção integral, que proíbem a presença humana, como Parques Nacionais e Estações Ecológicas; e as de uso sustentável, como as RDS, as Reservas Extrativistas (Resex) e as Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

Tanto a Resex quanto a RDS são categorias criadas pela demanda de povos e comunidades tradicionais em busca de modelos diferenciados de desenvolvimento. Uma das diferenças básicas entre as duas é que, na RDS, o território e sua gestão são compartilhados entre seus moradores. Sendo seu domínio público, só haverá desapropriação se for necessário. Para os povos geraizeiros, a criação de uma RDS é um marco importante, pois garante a proteção de seus territórios e nascentes ao mesmo tempo em que assegura a manutenção de seus modos de vida, na lida com o gado e outros animais de pequeno porte.

retomada das nascentes

ARDS Nascentes Geraizeiras, criada em 13 de outubro de 2014, tem uma área de mais de 38 mil hectares, abrangendo os municípios de Vargem Grande do Rio Pardo, Montezuma e Rio Pardo de Minas, além das comunidades de: Vargem de Salinas, Água Boa II, Riacho de Areia, Água Fria, Buracos, Vale do Guará, Sítio Novo, Catanduva, Inveja, José Pretinho, José Fernandes, Mandacaru, Roça do Mato, Cercado, Brejo, São Modesto, São Francisco, Samambaia e Cabaças.

Os moradores dessas comunidades mantêm relações de parentesco e, por 12 anos, os laços de companheirismo em defesa de suas nascentes foram mobilizados e articulados pelas mulheres. Num território em que a pilhagem do Cerrado se tornou a prática para o avanço da fronteira do agronegócio, a fé e as águas movimentaram esses corpos. Maria Lúcia conta que a partir da década de 60 as “firmas” e as construções das estradas de ferro impactaram bruscamente a região com a promessa de “progresso”. Essa ideia foi embasada pelo projeto de “colonização dos espaços va-

zios” que ainda povoa o imaginário de muitos brasileiros e brasileiras quando pensam no Sertão.

Ela é a sétima de uma família de três mulheres e quatro homens. Seu pai, Serafim Oliveira Saudoso, dizia que “viver na terra dos outros é escravidão, e a sabedoria, o maior tesouro”. Hoje estrela no céu, Seu Serafim viveu uma trajetória de coragem e força. Como muitos moradores da região, foi um dos trabalhadores braçais nas docas de algodão e mais tarde na construção da ferrovia. Como Maria Lúcia relata, “existia a necessidade real de construção das estradas de ferro e o serviço braçal era a procura naquele momento”. O sonho nessa época era conseguir uma quantia de dinheiro para ter seu próprio pedaço de terra.

Como Seu Serafim, muitos homens, até os dias de hoje, saem para trabalhar em fazendas com sonhos de melhorar de vida. Essa repetição de padrões antigos vem custando caro à população geraizeira, com a chegada de doenças e o crescimento do êxodo escolar e dos deslocamentos compulsórios para as periferias das cidades grandes. Em se tratar dos estudos, sempre foi algo que era de se valorizar: “sabendo ler e escrever, tá bom”, dizia o Seu Serafim. Já a mãe, Leonora de Oliveira, não tinha leitura, mas sempre incentivou os filhos a estudar para ter uma melhora na vida. A decisão de trazer um professor para casa foi o que ajudou Maria Lúcia a estudar até a 3ª série, quando precisou parar. Ela só retornou aos estudos aos 15 anos de idade, quando finalizou a quarta série.

O imaginário das “firmas” e das “fazendas” ocupava a cabeça dos mais jovens. Mesmo com muita fartura, onde se plantava feijão, milho e horta, se fazia farinha e se criava até um “gadinho de leite” para os biscoitos, circulava a imagem da “firma” como o lugar que tinha o dinheiro. O desejo de Maria Lúcia não era o biscoito, mas o “pão da padaria, as coisas que tinham fora da nossa comunidade”. A contragosto de seu pai, decidiu seguir.

Seu trabalho era praticamente “coviar”, a “empreitada de abrir cova para plantar”. Nessas idas e vindas da fazenda, pôde ver com seus olhos todas aquelas árvores sendo tombadas, abrindo o Cerrado. “Era pequi, mangaba, ipê, árvores antigas, uma tristeza”. O pagamento era por hora trabalhada e como ela e seus irmãos eram menores de idade, não havia relação contratual. Os dias trabalhados na firma não chegavam a quatro por semana, porque também era preciso ajudar o pai na roça.

Ela não ficou muito tempo, pois recebeu um convite para ser professora leiga em Água Boa II. Começou a lecionar

aos 17 anos e logo se tornou liderança comunitária. Nessa época, chegou ao limite de ter 80 alunos. Conciliava a feitura da merenda com a gestão escolar. As estradas começavam a ficar melhores e as idas à cidade para cobrar das autoridades também se intensificaram. Em sistema de mutirão, a comunidade construiu a igreja, onde a escola passou a funcionar. Isso fortaleceu o local, que permanece um ponto de encontros comunitários até os tempos atuais.

No final da década de 80, Maria Lúcia seguiu para sua última viagem rumo aos postos de trabalho em firma. Dessa vez, foi ao encontro de seu esposo, na região do Rio Claro. Com seus quatro filhos, sendo um no ventre, começa a trabalhar numa reforestadora antiga na região de Arinos, bem próxima ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Em 1992, retornou para sua região e não mais saiu. Ela conta que, no dia em que saiu de Arinos, foram dois caminhões: um com os trabalhadores e as trabalhadoras com filhos e o outro com as mudanças. Ao chegar em Buracos, comunidade de seus pais, trabalhou por um tempo na queima de carvão e sentiu que era tempo de parar. Foi quando chegou o chamado de seu coração para olhar para o secamento das nascentes e a situação da comunidade.

Das 21 nascentes registradas no local, restavam apenas seis correndo água. Com o apoio da rede de solidariedade e for-

mação de base do Centro de Agricultura Alternativa (CAA), do Sindicato e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da região, da Embrapa e de pesquisadores, o conhecimento foi o maior aliado. A comunidade começou a entender que se aquela realidade não mudasse, a vida estaria em risco. A fé e a intuição guiaram as mulheres de Água Boa II a denunciar o que ocorria em sua comunidade. A ponto da parada das máquinas que derrubavam o Cerrado ser feita pelos corpos das mulheres geraizeiras. E Neusita foi uma delas.

Fazer junto

Neusita – geraizeira nascida e criada em Água Boa II, licenciada em Educação do Campo na área de Matemática – conta que desde menina acompanhava os pais na lida com o Cerrado. Viam na extração do óleo do pequi e na cata da mangaba uma fonte de renda e apoio familiar. Isso fez com que, já moça, trouxesse para a formação de sua família a defesa do Cerrado. A revolta pela expropriação das terras e das nascentes não foi maior que o amor pelo lugar.

É nesse contexto de resistência amorosa que a Cooperativa de Agricultores Familiares Agroextrativistas de Água Boa II é criada. Com o objetivo de valorizar os recursos

Foto: Sarah Gehren

Professora na comunidade de Água Boa II, Maria Lúcia foi uma das lideranças na criação da RDS Nascentes Geraizeiras.



locais, incentivar a preservação do território e gerar renda para as famílias, 15 mulheres se reuniram em 2009 para sua formalização. Como não somavam o quórum legal para a criação da cooperativa, decidiram abrir para seus companheiros e criar uma organização mista.

A cooperativa é fruto também de projetos já realizados anteriormente, como a Padaria Comunitária, criada em 1995, e da própria atuação da Pastoral da Criança com a nutrição infantil, como lembra Cleidiana Oliveira Agostinho, agente social e filha de Maria Lúcia. Após cinco anos de produção no salão comunitário, foi construída a sede que hoje está dentro das exigências sanitárias, com os selos regularizados. Todo o trabalho é feito em parceria com a Cooperativa Grande Sertão e conta com apoio do CAA.

Ela conta que a cooperativa veio apoiar não apenas a renda, mas também a socialização e a educação no território. Cleidiana é bióloga e estudou Ciências Sociais. Com sua atuação no projeto Bem Diverso, como voluntária das Nações Unidas, desenvolveu um olhar para a gestão da cooperativa e os ganhos comunitários. Além das polpas de frutas do Cerrado, a cooperativa também conta com um grupo de coletores de sementes e um viveiro, cuidado especialmente pelas mulheres. Ela relata que o maior desafio hoje foi a paralisação dos convênios junto às escolas. Sendo as polpas de frutas o carro chefe, ainda não conseguem ver uma saída eficaz em tempos de pandemia.

O fazer junto na cooperativa foi o suporte para os últimos dois anos que antecederam à criação da RDS Nascentes Geraizeiras. As mulheres contam que foram os anos mais desafiadores de suas vidas, marcados pela pressão psicológica, por disputas internas comunitárias e mesmo pelo medo da morte. Com uma espécie de força divina, a leitura dos versículos do livro de Ezequiel foi essencial, diz Maria Lúcia. A leitura sagrada agiu como bússola do coração. Nesses tempos de aflições, as visões de descanso e a presença de uma santuário fizeram com que nenhuma delas desistisse.

Após a criação da RDS e cinco anos após a primeira ro-maria, o Santuário foi criado. E juntamente com o Pequizeirão, maior pequizeiro do mundo, localizado na comunidade Riacho do Mato, os lugares sagrados fortalecem a conexão entre os geraizeiros. Como as águas que correm hoje protegidas, essas mulheres ainda não puderam descansar totalmente. A vigília do território conta com a gestão da Unidade de Conservação e também das famílias que se dividem nessa tarefa.

Um dos sonhos de Neusita é que toda a comunidade compreenda a importância desse trabalho de conservação aliado aos povos, sendo a comunicação vinda com leveza. Ter um lugar para descansar e partilhar de momentos de lazer e celebração é um sonho coletivo. Esse espaço tem sido cada vez menor devido às intensas agendas políticas e comunitárias.

Já o sonho de Cleidiana é ter um governo em atuação junto com as pessoas, sem aumentar o sofrimento de quem está há tempos nas trincheiras desse país. Um sonho de Brasil melhor, em que, mesmo sendo utopia, não existisse mais a desigualdade que mata.

Maria Lúcia sonha com o verde, com as nascentes do Gerais correndo novamente. Ver as árvores tomando conta do seu lugar de origem. Acredito que seja por isso que se tornou uma das guardiãs das sementes.

De tudo, o que fica é a alegria da prosa bem dada ao longo desses 15 dias de trocas pelo WhatsApp. E se pudesse escrever um sonho para agora, seria atravessar o rio pela primeira vez em direção à Água Boa II, passar uns dias no Gerais do lado de lá do Velho Chico. Esse sonho é antigo, mas já está lançado para o Universo. Já vejo daqui uma roda linda de mulheres falando sobre comercialização e celebração. Tomando o café que foi parte das cestas básicas do Nutre, plantado no Rio Pardo de Minas, vejam só como são as leis dos encontros.

E tomar da água dessas nascentes que hoje correm livres do perigo alheio.

1 NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. *Gerais a dentro e afora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

2 Para ler nas palavras de Maria Lúcia: AGOSTINHO, Maria Lúcia Oliveira. *Reserva de desenvolvimento sustentável: saberes, lutas e contribuições da comunidade Água Boa II nessa conquista*. 2017. 68 f. Monografia. (Educação do Campo). Universidade Federal de Minas Gerais.

ESTIVA: TRADIÇÃO E PORVIR NO GERAIS

**RAIANE PEREIRA MÜLLER,
COM COLABORAÇÃO DE
LUCIANA DE MORAIS**

Foto: Marcela Bertelli
Estiva é a comunidade mais próxima do Parque Nacional
Grande Sertão Veredas, à beira do rio Carinhanha.



Estiva é a palavra que dá nome à comunidade mais próxima do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, na divisa entre os estados de Minas Gerais e Bahia. É também o nome de uma linda vereda! Mas, para mim, Estiva é o lugar que chamo de casa. Sou Raiane Pereira Müller, filha de Tereza Pereira de Souza. A mãe de minha mãe é Hermínia Pereira de Souza – vó Mina –, filha da Finada Alta – Altamira Pereira de Souza –, minha bisavó.

Só posso começar a contar quem eu sou falando das mulheres de minha família, que são minha inspiração, desde criança. É que com elas, principalmente, aprendi que meu sonho está onde eu decidir construí-lo. Aqui na Estiva a força das filhas da velha Hermínia é conhecida e reconhecida por muita gente. Há até quem diga que são mulheres mais fortes que muitos homens. Para mim, a força da minha gente está não só no trabalho, que é duro, e do qual não temos medo. Está também na doçura, na generosidade com as pessoas e no carinho que temos por essa terra. Não sei bem, desde que voltei para cá, quando começaram a me chamar “Raiane da Estiva”. Só sei que gosto. Pelo gosto que tenho por esse lugar e porque sei que não tem como separar a história de minha família da história da Estiva.

Os familiares mais velhos que eu conheci, com vida, foram os meus avós. Meu vô Gustavo, que chamavam de Nêgo, e a minha vó Mina. Minha avó nasceu numa comunidade chamada Saco Grande – que hoje não leva mais esse nome – aqui pertinho da Estiva, e sempre morou aqui. E o meu avô veio da Larga, que é outra comunidade próxima à Chapada Gaúcha. Meu tio Jau é quem me ajuda a contar essa história. Ele diz que meu vô Nêgo veio pra cá com treze anos, junto do pai dele, Sebastião, que nós todos chamamos de Tidão. Na época, eles vieram de um lugar conhecido por Suçuarana para trabalhar em uma fazenda da Barra da Onça, aqui perto. Quando o dono da fazenda em que trabalhavam vendeu as terras, saíram buscando lugar. Este cantinho aqui, chamado Estiva, na época não era povoado; não tinha ninguém. Tinha algumas taperas antigas. Chegaram e fizeram morada. A minha avó conheceu meu avô aqui, num forró. Casaram-se e também fizeram morada na Estiva. Isso foi no ano de 1950. Juntos, Mina e Nêgo tiveram 13 crianças, sendo 8 mulheres e 5 homens: Alberto, Cleonice, Dalva, Ilda, Jacinto, Lindomar, Maria, Máximo, Nair, Osmar, Sebastiana, Tereza e Zelinha.

Meus bisavós, conheço muito, mas pelas histórias que me contam desde que nasci. A finada Alta tinha tanta personalidade que a emprestou para filho e neta. Assim, um

de seus filhos, irmão de minha vó Mina, é “João de Alta”, e a filha dele, Maria, todos conhecem por “Maria de João de Alta”. Dizem que Dona Altamira era muito bondosa e que seu marido, Tidão, era igual. Dizem também que eram pessoas de muita sabedoria e que meu bisavô era meio que adivinho. Quando falava alguma coisa, era isso mesmo! Às vezes, as pessoas até não acreditavam. E era!

Por conta dessas histórias que ouvi, e ainda ouço, é que sei como era a vida na Estiva – e hoje, com meu trabalho, sonho com como ela pode vir a ser. Meus tios contam muito da lida. Das noites que passavam moendo cana, fazendo rapadura, ralando mandioca e jogando verso depois de um dia inteirinho de trabalho na roça. Eles falam – meu tio Jau (como é conhecido Jacinto), minha mãe e meu tio Berto (como chamam Alberto) – que tem coisa que está acontecendo hoje e que o Tidão já tinha dito: “Ó, vai chegar um dia que vai ser assim, assim...”

Da família de meu pai, sei que eram gaúchos. Meu pai veio para Chapada Gaúcha quase quarenta anos atrás. Na época não tinha cidade. Nem uma vila. Só mato bruto mesmo. Ele veio com uns gaúchos que começaram a plantar. Chegou quando não tinha nada, conheceu a minha mãe, Tereza. Casaram-se e viveram por muitos anos na Estiva. Eu nasci nessa região, em Formoso. Mas vim pra cá muito pequenininha. Meu pai sempre gostou de uma vida errante. Construía uma vida boa num lugar e logo o corpo pedia movimento e a gente se mudava, sem se afastar muito. Até os meus seis anos de idade moramos nesta região, até que o parque chegou bem perto.

de primeiro

Antes do meu nascimento, e antes da chegada do parque Grande Sertão Veredas, o ritmo da vida seguia o tempo do Sertão, que ainda hoje sobrevive, se observarmos bem. A geração de minha mãe, meu pai, meus tios e tias viveu nesse compasso que estabeleceu costumes e uma percepção do perto e do longe bem diferente do que experimentamos hoje em dia. Mesmo eu pequenininha, ainda me lembro de meu pai saindo daqui a pé e indo fazer compras na Chapada Gaúcha. Na volta, a pé também, vinha com um saco de cinquenta, sessenta quilos nas costas, andando por mais de cinco horas. Esse ritmo sertanejo ditava também as relações com as cidades grandes e o entendimento do que era melhorar de vida.

Meu tio-avô João de Alta, por exemplo, em 1975, mandou uma de suas filhas para a casa de um sobrinho, em Brasília. Pensava em oferecer melhores condições para a menina, que poderia estudar. Mas para Maria, que na época tinha apenas 8 anos, esse tempo foi muito sofrido. Foi o tempo de estar longe de casa, de tudo o que conhecia e do que queria estar perto. Foi o tempo em que perdeu sua mãe e não pôde nem chorar. Naquela época, esse tipo de coisa era mais comum do que hoje em dia. Muitas famílias do sertão, dos lugares em que quase nada chegava, enviavam suas crianças para trabalhar em casas de família nas cidades grandes, com a esperança de que pudessem trocar trabalho por instrução. Mas grande parte dessas crianças, como minha tia Maria, perderam suas infâncias sem ganhar nenhum diploma em troca. Tia Maria, com muito custo, conseguiu estudar por três anos. Até que voltasse, aos 17 anos, pra junto do pai, foi quase como se não tivesse vivido – apenas trabalhou duro, sem ganhar nada por isso. Para ela, retornar é que foi, de verdade, melhorar de vida.

Tia Maria voltou em 1984. Com 17 anos, não brincava mais de fazer boneca de pano e nem de espiga de milho. Mas vinha para a casa de vó Mina sempre, porque era onde aconteciam muitas festinhas e forrós em que as moças e rapazes se encontravam nos fins de semana. Foi onde se encantou com meu tio Berto, com quem se casou e teve seis filhos. Do mesmo jeitinho que minha vó Mina conheceu meu avô. Ouvir minha tia contando até dá um pouco de saudade do que eu não vivi. E no dizer dela sobre os forrós, conta também sobre as diferenças da época passada para hoje em dia. Conta que no seu tempo os forrós aconteciam em fins de semana ou dias santos. E lembra também que, naquela época, em dia santo ninguém trabalhava! Nas palavras dela: “hoje é que tá tudo desembestado, o povo não respeita mais dia santo, nem nada. Até dia de domingo o povo trabalha. Mas de primeiro era assim, né? Dia santo, era dia de passear, da gente ir na casa dos parentes. Saía cedo, vinha pra cá, almoçava. [...]. Então juntava todo mundo aqui, a gente fazia caipirinha, bebia caipirinha, dançava nesses terreiros... Era assim!”

Mesmo com todas as dificuldades que a distância e a falta de infraestrutura criavam, tia Maria não quis mais sair da Estiva depois que voltou. Formou família com tio Berto e fincou raiz. Depois do casamento, a frequência nas festas foi diminuindo na medida em que os filhos foram chegando. E ela, com a mesma determinação de quem cresceu tomando conta de si, dava um jeito de resolver qualquer situação que parecesse difícil. Com a mesma doçura, sempre.

Tia Maria conta: “Foi um filho atrás do outro. Um começando a andar, já tava saindo pra ganhar outro. Quando não dava tempo de sair pra cidade pra ganhar, ganhava era em casa mesmo e eu mesma fazia o parto e tudo. Não teve jeito! Teve um que eu ganhei só eu mesma. Eu e Deus. Ganhei, fiz tudo, cortei o umbigo, arrumei tudo! Desse jeito. [...] Depois, quando Berto chegou, já tava deitadinha lá. A menina nasceu, não chorou também não. Preciso eu pegar nas duas perninhas dela, ó, e dar três tapinhas no bumbum pra poder chorar.”

Meu tio Jau também fala de muitas coisas desse tempo que não sei bem quando é, porque é sempre “de primeiro” ou “antigamente”. Mas não duvido do que diz. Não só porque conta com detalhes e versos, mas porque também encontro hoje vestígios certos das coisas que ele guarda na memória. Quando ele conta que meu bisavô saía muito nas Folias de Reis, eu me lembro que em Formoso, onde minha sogra mora, ainda tem folia todo ano – e ainda hoje os foliões vão a cavalo! Canta tio Jau sobre as danças de terreiro, o jogar verso e a conquista em algum tempo no passado:

“Amanhã eu vou-me embora é zãozãozão
Pela semana que vem é zãozãozão
Quem não me conhece, chora é zãozãozão
Quem diria que me quer bem é zãozãozão”

O parque, a despedida da Estiva e Brasília

Com a chegada do parque a gente foi embora para Formoso. Naquela época, as pessoas, inclusive meus pais, pensaram: “vamos embora porque tudo vai virar parque”. Não sabiam que se o parque passasse pelas terras deles, teriam direitos. Foi assim que, com meus pais, morei em muitos lugares. Isso até os meus 15 anos, quando fui morar em Brasília. No tempo que eu passei por lá, adquiri alguns conhecimentos, mesmo não estudando. É que eu e meu esposo fomos para jogar futebol – e, para nós, isso foi um pouco mais que um sonho, mas isso é outra história que posso contar na próxima edição da Manzuá! Lá, tivemos contato com pessoas batalhadoras, interessantes e com muito conhecimento. Isso abriu a mente da gente. Porque sempre morando no interior, quando você chega



lá, descobre o mundo, né? Além de um lugar para trabalhar, Brasília para mim tem esse significado, de abrir horizontes. Inclusive, hoje estou de volta e estudo muito por conta disso. Sei que o conhecimento abre portas e ajuda a entender os sinais que a vida dá.

A Estiva como lar – passado, presente e futuro de mãos dadas

Quase vinte anos depois de ir embora da Estiva, estou de volta. Minha mãe recebeu uma herança, em vida, de minha vó Mina. E o presente foi pra mim também. Minha mãe voltou e começou a trabalhar de novo nos brejos, como minha avó fazia antes. Eu tenho muitas lembranças, há uns 15 ou 20 anos, da vó Hermínia trabalhando na roça. Como diz meu tio Jau, plantava brejo em tudo quanto é lugar. Antigamente era isso: mulher também o tempo inteiro dentro de roça. E, na casa dela, ainda encontro os pilões que usavam para socar o arroz que plantavam. Tio Jau conta que esses pilões socaram muito arroz que colhiam nos brejos. Como na época não existia máquina para descascar arroz em Januária, para vender por lá eles tinham que limpar no pilão, porque se não fizessem isso, não conseguiam vender.

Com a volta de minha mãe, eu passei a vir mais pra cá também. Brasília era muita luta e muita correria, principalmente depois que minha filha, Hananda, nasceu. A vida na cidade grande não é fácil. Tem muita gente que é do interior e vai embora com vontade de melhorar de vida, mas chegando lá, só trabalha para comer e pagar aluguel, sem poder nem visitar a família. Nós demos sorte: meu marido tinha um bom trabalho e eu podia estar sempre junto de minha mãe. Mesmo sem ter do que reclamar, era muita peleja. Por isso, ao contrário da maior parte dos jovens da minha geração, decidimos voltar para a roça e vimos isso como uma chance de crescimento! Pensamos em trabalhar para a gente, tentar montar um negócio e aproveitar o estar perto da família para estudar. Hoje, na roça, tem muita oportunidade também. Ainda mais para quem, como nós, tem conhecimento e está cerca à cerca com o Parque.

Desde que voltei, um ano atrás, muita coisa aconteceu. Parte do que imaginamos pudemos realizar. Outras coisas não aconteceram como planejamos. E a pandemia fez com que alguns planos fossem adiados. Com tudo isso, encon-

tramos mais dificuldades do que esperávamos, mas nada que nos faça desistir ou desacreditar. Estamos aí. Sabemos que somos novos e que dá pra mudar, se for o caso. Mas eu não quero, não! Gosto demais daqui. Ficar aqui é bom demais e, mesmo sabendo que algumas coisas demoram a dar resultado, já hoje, tudo o que eu cultivo consigo vender na Chapada.

Estar aqui hoje é buscar minhas lembranças de infância, juntar com o conhecimento adquirido no tempo que passei em Brasília, misturar com as histórias e saberes dos meus familiares mais velhos – os que conheci e os que não tive a sorte de conhecer – e sonhar com um bom futuro para mim e para minha filha.

Sou da roça. Sempre fui. Lembro de ir para a beira do rio pescar. Lembro de ir para o brejo com meu pai plantar feijão. Desde pequena aprendi a plantar mandioca. Meu pai entende tudo de plantio e de construir, fazer funcionar as coisas de que precisamos. Já minha mãe não tem medo de trabalhar; preciso pedir pra ela sossegar. Eu, sempre que vinha pra cá, ajudava com as verduras que ela e meu pai vendiam na Chapada. Com essa bagagem, só foi preciso ter um pouco de determinação, usar a cabeça e planejar. Assim, há um ano, falei com meu marido: “a gente vai pra lá, a gente tem muita vontade e coragem. Vamos trabalhar e buscar algumas coisas para a comunidade também”. Foi assim que, logo que chegamos, começamos a pensar um pouco além dos plantios que poderíamos fazer. Conversando com meu tio Jacinto, pensamos em montar uma associação para ter mais voz e buscar melhorias para a comunidade, como arrumar as estradas que vêm pra cá.

Meu marido, que assim como eu veio da roça, sabe muita coisa também. A gente estuda, lê, busca informações, busca apoio para que o trabalho não seja apenas na enxada, mas seja mais leve. Com esse tipo de suporte de órgãos de pesquisa e secretarias, junto com nossa força de vontade, podemos investir no plantio do maracujá, e é possível até estudar a possibilidade de incrementar os plantios com adubação de tanques de criação de peixes.

A Estiva oferece, ainda, a chance de avistar o futuro por meio do turismo. Aqui posso pensar em, como diz o ditado, unir o útil ao agradável: estar onde gosto e contar com uma renda. Esse caminho, assim como o da agricultura, ganha mais sentido ainda quando coloco em movimento os saberes de quem veio antes de mim. Tio Jau é guia na região há muitos anos. Conhece tudo por aqui e para o rumo de Formoso. Lá em Formoso eu também conheço.



Foto: Kika Antunes
As quatro gerações da família de Dona Hermínia, ao centro.

Fiz curso e já até cheguei a guiar por lá. É do que precisamos para receber as pessoas, fazer uma galinha caipira, vender uma cervejinha, oferecer um lugar para dormir. Começando pelo pessoal da Chapada mesmo que quando conversa comigo diz que se eu fizer, vem!

Toda oportunidade que eu tenho, falo de onde sou. Vendendo verdura ou participando dos torneios de futebol, a Estiva vai comigo por onde vou. Quando perguntam onde moro, eu sempre tenho que dar uma palavrinha que a Estiva é isso, que a Estiva é aquilo. Porque a Estiva é maravilhosa! Já fiz algumas amizades na Chapada e, quando converso com as minhas amigas elas dizem: “Nossa, mas cê fica lá na roça, socada lá na grotinha...”. Estando na Estiva hoje, muitas vezes não tenho acesso à internet. Em minha casa não tem nem energia elétrica ainda, como em muitas outras casas da região. Mas, por outro lado, também não precisamos ter tranca nas casas, e nunca tivemos uma motobomba tirada do rio. Por conta disso, não me falta força para trabalhar. Hoje, não troco a tranquilidade e a paz que tenho na Estiva por nenhum outro lugar.

BARU PRA MIM FOI TODA VIDA

MÔNICA MEYER

Queridos leitores da Manzuá

Escrevo esta carta para contar que quando minha filha voltou do Caminho do Sertão trouxe uma porção caprichada de baru e eu matei as saudades do Cerrado e do Sertão. Fiquei a pensar como uma semente pode trazer lembranças do rio Urucuia, rio Pandeiros, de Arinos, de Sagarana, da Serra das Araras, da Chapada Gaúcha, de sua gente, de veredas, de pó e poeira de outras travessias. Não esqueço o gostinho gostoso.

Agora na pandemia da Covid-19, estou quietinha em casa e recebo uma chamada de Marcela e Damiana para escrever sobre o baru. Como num passe de mágica me deslocuei para Sagarana em 2019. Mês seco, muita poeira de vestir corpo e roupa. A igreja de uma das pontas do quadrado; na outra, o campo de futebol, goleadas de terras que voam com a ventania. As casas com suas janelas fechadas abrigavam do calor e do pó. A cachorrada pachorrenta, ao contrário, deitava e rolava. Como um filme no CineBaru, escutei com a visão e ouvi com os olhos as entrevistas com famílias de catadores de baru.

Entre cantos de passarinhos formosos, uma galinha carejeira, dá seu recado – botei ovo, botei ovo, botei ovo. O galo ao lado canta altivo, dono do terreiro. Nesse musical sertanejo, as meninas de gravador à tiracolo e a fotógrafa registram a prosa boa como o fruto. Num piscar de olhos e ouvidos, a gravação me transporta para a mata. A cami-

nhada de Cassu e Antônia nas folhas secas revela a secura da estação, a trilha estala até o pé de baru.

Uma árvore frondosa, com copa larga de grande sombra. Em julho e agosto as folhas começam a cair, o pé peladinho e as flores em cachos desabrocham brancas com miolos cor-de-rosas. Uma belezura. O fruto de cor castanho vem na sequência e exige ferramenta para que se extraia a semente envolta numa casquinha dura. Antônia diz que “às vezes a quebradeira elétrica não dá certo, não funciona”. O povo descobriu um jeito prático e manual de quebrar o fruto. Pode ser com uma foice adaptada em cabo curto, que funciona como alavanca, ou com uma lâmina de corte fixa e justa entre dois blocos de madeira. Com um golpe certo no meio do fruto, ele se parte e revela a semente, uma única amêndoa marrom e compridinha envolta em polpa. Quando maduro, cai no chão e vai até outubro. A sabedoria popular alerta que “esperar o baru cair no chão é o mais importante, pois fica sequinho e fácil de quebrar a casca. Se pegar antes no pé, e verde, a dificuldade para quebrar aumenta. Novembro e dezembro não têm mais fruto. Às vezes as chuvas modificam o ciclo e tudo pode adiantar”.

Com tanta experiência, Antônia, que já foi boia-fria, conta que desde os 10 anos cata, quebra e come baru. Hoje vive só de vender o baru. Na estrada, anuncia a venda. Escreveu numa placa seu nome e telefone. Reconhece que o comércio anda concorrido, “todo mundo panha baru”. E acrescenta: “a plantação não está dando mais. Eles metem o trator, viram a terra e aí ela fica fraca. O trator corta a terra e quando vem a chuva leva tudo. Antes colhia arroz, mandioca, hoje tenho de comprar tudo”.

A extração do baru ocupa a comunidade inteira de Sagarana. Em Arinos, acontece anualmente, no mês de agosto, a Feira Nacional de Baru onde se comercializa o fruto reconhecido pelo seu valor medicinal, alimentício

Foto: Kika Antunes

Isidoria dá o ponto do doce de baru: o gosto lembra um cajuzinho de festa, mais suave e consistente.





Foto: Kika Antunes

Seu Argemiro mostra o pé de baru. Para pegar, é preciso esperar o fruto cair no chão, já maduro.

e econômico. O óleo extraído da amêndoa tem serventia tanto na cozinha como na preparação de cosméticos. O valor nutricional é enorme, rico em proteína, ferro e zinco, serve na alimentação de animais e de seres humanos. A castanha torrada e triturada é ingrediente na preparação de doces, refrescos, paçoca doce e salgada, pé-de-moleque e docinhos variados. A polpa entra na preparação de geleias, licores e bolos. O gado, o porco e os animais silvestres, como a cutia e o morcego, apreciam a polpa aromática e a semente. Atenção deve ser dada a esses animais que também exercem papel importante na distribuição dos frutos e das sementes. A caça indiscriminada significa menos baru, pois a cutia enterra as sementes que não comeu que, esquecidas, acabam por germinar.

A madeira do baruzeiro é altamente resistente e com qualidade fungicida. Por conta do desmatamento indiscriminado, a árvore nativa do Cerrado se encontra ameaçada pelo corte e principalmente pela expansão agrícola. O desmatamento em larga escala tem colocado em risco sua existência assim como a de animais silvestres. O agronegócio caracterizado por extensas plantações de soja se instalou na região. Revira não só a terra, mas a vida das pessoas. Introduziu novas práticas, criou conflitos sobre o uso da

água e da terra e interferiu na cultura tradicional. Hoje, a bandeira do povo tem como lema “Pelo Cerrado em pé”.

A prosa continua em outra casa. Seu Argemiro faz brincadeira de perguntas para as meninas adivinharem.

Um é mão, uma é minha.

Eu te conto você não adivinha. O que é, o que é?

Pé de pau, barriga de ferro

Língua de fogo, espingarda seu bobo. O que é, o que é?

Elas passam longe das respostas, sem perceber que a resposta está embutida na própria pergunta. Entre muitas risadas ele conta da “cobra que mora no cupim, jiboian-do dentro, fica enroladinho”. Argemiro tem muitos pés de baru em sua propriedade, não depende de autorização de fazendeiro para catar o fruto. Tem horta e pomar, tudo à mão para a subsistência e sem agrotóxicos. A passarinhada canta e o sanhaço, em sua formosura, dá recados de liberdade. Ah, voam pássaros pretos em jograis.

A próxima visita é na casa de Isidoria, especialista em doce de leite com baru. Barulhada danada de chapa de metal no quintal. Isidoria explica que “baru bom é de pegar



Fotos: Kika Antunes
"Dona Antônia, a dona do mundo e Seu Cassu, o rei do baru" foram registrados em um curtinha no CineBaru de 2017.
Embaixo: A castanha de baru é rica em proteína, ferro e zinco, ingrediente de doces e refrescos.





Foto: Kika Antunes

O povo do Sertão desenvolve tecnologias caseiras para partir os frutos, de casca dura e castanha valiosa.

no chão. Não pode derrubar de vara”. E conta que “vêm motoqueiro e bicicleteiro que passam de vara para derrubar o fruto. O baru não madura de uma vez, vai madurando aos poucos”. Eles não esperam ou não sabem. Reafirma; não pode pegar de vara, tem que pegar no chão.

Enquanto conversa, bate o baru torrado no liquidificador. O som do eletrodoméstico interfere na gravação. Vejo Isidoria às voltas com a panela no fogo fazendo de primeiro o doce de leite. Com colher de pau mexe sem parar, mexe sem parar, mexe sem parar... Até chegar devagar no ponto, “dando rapinha”, como ela diz. O fogo dá uma caloria e não pode parar de mexer. Passa a receita e continua mexendo o doce sem parar, muito quente, quente demais. Observo de longe a trabalhadeira para fazer. Para não talhar o doce, revela que coloca garfos dentro da panela. “Não talha de jeito nenhum”. Trabalhoso também, segundo ela, é cascar o baru, quebrar o fruto duro para tirar a castanha. Depois, assar o baru no forno de lenha e bater. Só depois do doce de leite

pronto, no ponto, acrescenta a farinha de baru. Isidoria faz o doce macio para comer de colher ou mais seco para servir em pedaço. Ela acha que o gosto do baru tem sabor diferente do amendoim. Confessa que antigamente “quando passava necessidade, sem arroz e sem feijão, tinha baru e coco macaúba para comer”. Completa: “para mim foi baru toda vida. Antes desperdiçava debaixo dos pés. Hoje dá briga. Fazendeiro não deixa pegar. Baru virou comércio. Quando deixa pegar é à meia, cinco sacos para o catador e dois para os fazendeiros. Meus netos não sabem pegar baru. Não foram incentivados a comer baru, o que se aprende a comer de pequeno”.

Com o doce pronto, vou esperar chegar a minha vez de ganhar um potinho.

Com um abraço apertado em cada um de vocês,

Belo Horizonte, 23 de agosto, com um frio de lascrar queixo.

NO ZUMBIDO DA ABUNDÂNCIA

CAROL ABREU

O sítio Roseiral é um pontinho verde no meio de um mar de lavouras de soja. De longe na estrada é possível avistar a casa de Lúcia Ribeiro e Wilson Miguel, nas proximidades da sede de Chapada Gaúcha, no norte de Minas Gerais. A região é conhecida por paisagens radicalmente opostas: perto da cidade, as lavouras de monocultura se estendem a perder de vista, em cultivos de soja e

capim, herança da colonização gaúcha na década de 80. Já nos arredores das comunidades tradicionais da zona rural, o que salta aos olhos são as fileiras de buritis que margeiam as veredas, num Cerrado selvagem e exuberante.

Lúcia é uma sertaneja de voz grave e sorriso aberto. Chegou com os pais e irmãs à Chapada no fim dos anos 90. A família se instalou no terreno vizinho ao que vive hoje, que seu pai, vaqueiro e contador de histórias, batizou de Sítio do Picapau Amarelo. Mais tarde, já professora da rede de educação infantil do município, Lúcia precisava de uma palestra para o Dia da Água e levou o pedido para a Funatura, a Fundação Pró-Natureza, antiga parceira da escola. Mas dessa vez

Foto: Kika Antunes
Abelhas nativas do Cerrado, como as *meliponas* jataí e tubina, também produzem mel





Foto: Kika Antunes

Referência da apicultura na região, Zé Elias via de regra é convocado para remover enxames indesejados e ajudar no cuidado com as colmeias.

quem topou a empreitada foi o rapaz recém-chegado de São Paulo, o agrônomo Wilson. A palestra foi um sucesso e o encontro também: juntos desde então, eles já vivem há 12 anos no local.

“Quando nós chegamos, não tinha nenhuma árvore. Não tinha os eucaliptos, aquele verde ali, o quintal. A não ser esse cerradinho que foi preservado ali do lado”, Wilson relembra. “Meu sogro criava gado e plantava capim para colher a semente. Isso aqui era tudo braquiária”. Para imaginar, é só correr os olhos ao redor da propriedade de 12 hectares, imersa na imensidão de cor de burro-quando-foge. “Aqui não tinha pássaro nenhum. Agora vem tucano, arara, papagaio. Fora os passarinhos pequenos, canário, joão-de-barro, bem-te-vi”, Lúcia completa. Não é por acaso que o sítio causa frisson entre os passarinhos. O quintal enche os olhos de qualquer visitante – seja gente, seja bicho. Ela mostra com gosto os canteiros de sálvia, hibisco e camomila, o pé de jabuticaba, o limãozinho e o maracujá, as margaridas, os cravinhos e as dezenas de folhagens e plantas ornamentais que margeiam o terreno.

A família foi esverdeando a propriedade aos poucos. Com a madeira dos eucaliptos, Wilson construiu o curral

e agora está planejando um galinheiro. Há três anos, eles começaram a erguer uma agrofloresta, que já ocupa um hectare do terreno. “Daqui a 10 anos isso aqui vai virar um bosque”, ele planeja. Wilson explica que a agrofloresta é uma técnica de plantio misto, uma espécie de floresta cultivada, mantida a partir de um sistema simples de irrigação e autorregulada pelas plantas que crescem ali. “Onde tem árvore, outra planta cresce, como acontece com uma floresta. Ó o cacho de banana. Essa aqui é uma embaúba, uma árvore de apoio, que cresce rápido e morre rápido. No lugar dela vão ficar as frutíferas depois. Esse outro aqui é um sabugueiro, que tá apoiando uma graviola”.

O próximo projeto para o sítio é construir uma casa de mel, com o apoio do amigo analista ambiental José Elias Pereira Lopes, que chega de caminhonete para trazer uma caixa de abelha de madeira que fez a partir de adaptações de modelos que copiam a estrutura das colmeias e ninhos na natureza. “Essa aqui é pras nossas nativas: dá pra jataí, urucu nordestina, marmelada, turbina”, ele mostra. Na infância, a família de Zé Elias se mudou para o interior de São Paulo e ele foi matriculado em um colégio agrícola. “Lá eu comeci a ver a apicultura, trabalhar com apicultura e

tomei amor”, ele relata. Quando voltou, passou a ser invariavelmente convocado para remover enxames indesejados e colmeias inconvenientes. “Todas as abelhas aqui de Chapada são de Zé Elias, né?”, ele brinca. “Quando o povo vai queimar, vai matar, eu tiro o enxame e levo pra casa ou trago aqui pra matinha de Wilson”.

Zé e Wilson se aproximaram no projeto de desenvolvimento sustentável em torno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, promovido pela Funatura. A proposta era trabalhar com as comunidades ao redor da Unidade de Conservação para identificar afinidades produtivas e potencializar atividades geradoras de renda, como o extrativismo de frutos do Cerrado, a fabricação de farinha e o turismo de base comunitária. A apicultura acabou sendo um dos eixos do projeto e Zé Elias tornou-se uma referência sobre o assunto na região.

Além do retorno financeiro que trazem para os produtores, as abelhas são aliadas fundamentais para a conservação do Cerrado. “A apicultura veio justamente porque a cultura do fogo ainda é muito viva. Se o cara tá criando abelha, não vai botar fogo no Cerrado, porque precisa das plantinhas lá, para as abelhas coletarem o néctar”, Zé Elias reflete. Assim, a atividade acaba casando bem com a agricultura familiar. “Ó o Wilson, aqui: ele não precisa botar fogo pra obter o resultado”. Zé explica que a agrofloresta está relacionada a uma ideia de agricultura da abundância. “Toda vez que você entra ali, você tem o que comer. Você colhe um abacaxi, uma banana, as hortaliças. E o passarinho come também”. É uma lógica de cooperação, em que todo mundo ganha. “E você não vai usar um veneno lá pra matar um inseto, porque o inseto faz parte”.

De fato, abelhas de todos os tipos são *habitués* da jovem agrofloresta do Roseiral. “Elas gostam disso aqui, ó como elas trabalham”, Wilson mostra o zum-zum perto do pé de sabugueiro. “O movimento delas é de tardezinha e de manhã. Você vem de manhã cedinho, tá cheinho de abelha”. O cardápio é vasto, entre espécies frutíferas, plantas do cerrado, ornamentais e forrageiras. “A abelha aqui vai ser um complemento muito bom, porque tem a florada. A maioria das plantas aqui dá flor. E quando a abelha poliniza, aumenta a produção de frutos”, o agrônomo comenta.

Abelhas são mundialmente reconhecidas por seus serviços de polinização, fundamentais para a reprodução das plantas e para a garantia da biodiversidade. Como explica a bióloga Mônica Meyer, professora aposentada da

Faculdade de Educação da UFMG, a polinização é o processo de transferência do pólen, que é a célula masculina das flores, para o estigma, estrutura que abriga a célula feminina. Sem essa transferência, não há a fecundação. E, sem fecundação, não há reprodução. “O pólen está num órgão chamado antera. A parte feminina está num outro órgão, dentro do estigma. As anteras são localizadas abaixo do estigma. Então, na estrutura da flor, é fundamental alguém que transporte o pólen. Pode ser o vento ou a água, mas frequentemente são animais que cumprem esse papel”, ela descreve.

Todo animal que carrega o pólen das estruturas masculinas para a estrutura feminina da flor é considerado um polinizador: insetos como abelhas, moscas, besouros e mariposas são *experts* nesse serviço, além das diferentes espécies de pássaros. O biólogo Augusto Gomes lembra ainda da importância dos morcegos nesse processo: “por serem animais alados, que voam muito e se deslocam por grandes distâncias, eles têm uma capacidade muito grande de transportar o pólen. Além de contribuir para a reprodução, eles também aumentam a variabilidade genética das plantas e contribuem para manter o ambiente saudável”.

Ao longo do processo evolutivo, as flores foram aperfeiçoando mecanismos para atrair esses bichos. “Cada planta tem uma morfologia, uma forma específica para atrair determinados tipos de polinizador. Uma planta que é polinizada por um beija-flor geralmente vai ter uma forma, uma cor, um cheiro diferente de uma planta que é polinizada por uma abelha, que é diferente de uma planta que é polinizada por um morcego”, Augusto explica. Morcegos são responsáveis por grande parte da polinização do pequi, por exemplo, que desenvolveu flores atrativas para esses animais, por sua forma e cheiro.

Há plantas com flores mais generalistas, que atraem todo tipo de animais, e outras extremamente especializadas. Augusto descreve especializações bastante particulares, como a flor da bananeira. Em formato de concha, ela reflete o sonar dos morcegos – como se fosse um aeroporto à noite, com as luzes piscando para orientar o voo em sua direção. “Isso é o que a gente chama de sinal acústico. Uma assinatura acústica para que o morcego identifique a planta com seu sonar”, ele diz. “Um exemplo interessante de como os morcegos evoluíram em conjunto com a planta, um ajudando o outro”.

Uma história famosa de relação simbiótica entre flores e seus polinizadores é o caso da Mariposa de Darwin. No

século XIX, o naturalista inglês encasquetou com uma espécie de orquídea endêmica da ilha de Madagascar. A estrutura masculina da flor, onde o néctar era depositado, possuía mais de 20 cm de comprimento, o que levou o pesquisador a afirmar que deveriam existir mariposas ou traças com trombas compridas o suficiente para alcançar o nectário e, em consequência, polinizar a planta. A hipótese só foi confirmada mais de 20 anos depois da morte de Darwin, quando foi descoberta na região uma mariposa com a exata morfologia que ele havia previsto.

O entomólogo Leandro Pereira Polatto, pós-doutorando da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais da UFGD, explica que plantas com flores especialistas, como a orquídea que impressionou Darwin, são eficazes em se reproduzir em ambientes que não sofreram processos de degradação, onde é possível encontrar seus polinizadores em abundância. “Por outro lado, em ambientes degradados, há predominância de plantas com flores generalistas, considerando que nesses locais há uma diversidade menor de polinizadores”, ele relata. Um animal qualquer que visite uma flor generalista tem baixa capacidade de transferência de pólen aos seus estigmas. Mas é melhor garantir esse processo, ainda que em pequenas quantidades, do que estar adaptado a um animal altamente eficiente, porém extinto na região. Se você é uma orquídea em uma região que já sofreu impactos con-

sideráveis, pode não ser uma boa ideia depender de uma única espécie de mariposa para assegurar sua permanência como espécie.

Por seus corpinhos miúdos e seu apetite voraz, as abelhas costumam ser polinizadoras excelentes. “Se você amplia uma fotografia de uma abelha dentro de uma flor, é uma coisa maravilhosa. Ela está completamente dourada, com o corpo inteiro incrustado de pólen”. Quem descreve é Mônica: “quando ela está ali sugando o néctar, se lambuzando, ela está praticando a polinização, levando o pólen para o estigma”. Elas buscam as plantas atraídas por diferentes recursos: os indivíduos adultos se alimentam basicamente do néctar, o líquido açucarado produzido por algumas flores. O pólen vai fornecer a proteína para fabricar a geleia real, que alimenta as larvas e a abelha rainha. Até a resina de cascas e troncos de árvores é aproveitada pelas abelhas, que vão utilizá-la para a produção do própolis.

De volta aos ninhos, elas trabalham incansavelmente na produção do mel, que fornece energia para os trajetos. Colmeias operam em uma complexa engenharia de cooperação e coordenação, em que as abelhas têm funções específicas de acordo com a fase da vida. “As abelhas nascem, passam a ser faxineiras, nutrizas e depois engenheiras. Depois desenvolvem o ferrão, passam a ser soldado para

Há 12 anos, Lúcia e Wilson esverdeiam a propriedade nos arredores de Chapada Gaúcha. Foto: Kika Antunes



defender a colmeia”, Zé Elias explica com intimidade. “Por fim, tornam-se campeiras: vão a campo trabalhar, coletar néctar, pólen e água. Tudo isso em 45 dias”. Ele conta que as colmeias são ambientes úmidos e que as abelhas trabalham inclusive para resfriar e aquecer o ninho, de acordo com as necessidades, para manter a temperatura ideal. “Se ela não fizer isso, vai dar fungos, bactérias, essas coisas todas”.

Mônica compartilha da admiração do apicultor: “as abelhas são insetos muito interessantes. É impressionante como são harmoniosas, como constroem a colmeia, como selecionam as melhores floradas”, ela comenta. “Isso tudo, nós, que não somos abelhas, vamos aprendendo”. A professora comenta que Guimarães Rosa parece instigado por esse conhecimento em seus diários de viagem pelo norte de Minas Gerais. “As abelhas atraem Guimarães Rosa, que deseja aprender tudo que os vaqueiros sabem. Ele viaja pelo sertão em 1952 com vaqueiros que mal sabiam ler, mas compreendiam a natureza como ninguém”, ela interpreta. “Ele menciona a uruçú, que mora no chão. A marmelada, que ninha na madeira. A mumbuca, a cupinheira, a arapuá”.

Entre os apicultores brasileiros, a abelha mais famosa é a *Apis mellifera*, também chamada de europeia africanizada ou simplesmente “oropa”. Antônio Guedes, mais conhecido como Cigano, apicultor e produtor rural da comunidade de Cabeceira de Mandins, em Januária, explica que a *Apis* é uma espécie produzida a partir do cruzamento entre espécies dos dois continentes: “eram dois tipos de abelha. Uma produzia muito mel e era brava. A outra era mais mansa, mas não produzia tanto. Aí foram

fazendo um cruzamento”, ele relata. “Nos anos de antigamente ela veio de fora, mas hoje ela é típica do Brasil”.

Essa espécie foi introduzida no país em meados da década de 40, como relata Leandro. “Ela é uma perfeita polinizadora”, ele avalia. Além da voracidade na busca por alimento e da alta capacidade de estocar pólen e mel, a espécie se adaptou muito bem ao ecossistema sertanejo. “O Cerrado é uma região de savana, muito semelhante ao ambiente de algumas regiões da África. Então, ela encontrou um local muito semelhante à sua região de origem”. Por essas características, grande parte dos projetos que buscam aliar a apicultura à agricultura familiar utilizam a *Apis* como produtora.

Mas as abelhas nativas da região também podem ser manejadas para a produção de mel. “As nossas nativas são as *melifonas*. São abelhas como a jataí e a tubina, que não têm ferrão”, ele descreve. “Mas têm uma mordida forte!”, adverte. A qualidade do mel produzido é diretamente relacionada à florada – ou seja, às diferentes espécies de flores de onde as abelhas tiram o néctar e o pólen. No Cerrado, as floradas são diferentes da Mata Atlântica, onde há plena disponibilidade de flores o tempo inteiro. “A jataí, às vezes você não sabe de onde ela tá tirando o néctar, mas a bichinha tá ali forte, resistente e tá trabalhando”, conta Zé Elias. Na região, as floradas do pequi, da cagaita e do cipó-uva, também conhecido como timbó, costumam render bastante mel. Cigano comenta que o mel da florada de aroeira, nas regiões de Mata Seca, vem chamando a atenção do mercado. “Ele antigamente era um mel excluído, porque tem a coloração escura. Agora está vendendo muito, porque descobriram propriedades medicinais”.

Foto: Kika Antunes
Lúcia cultiva árvores frutíferas e flores no quintal para auxiliarem na polinização e abrandarem o calor.



“**A**belha sem o Cerrado não vai pra frente, o Cerrado sem a abelha também não vai. Se não tiver a polinização, o Cerrado não consegue produzir”, Cigano argumenta, enfático. “Acaba a descendência das árvores”. O biólogo Braulio Dias, professor de ecologia da Universidade de Brasília e presidente da Funatura, atesta que mais de 90% das espécies de plantas silvestres dependem de animais para fazer a polinização – e as abelhas são as principais envolvidas. “A polinização é um serviço ecossistêmico fundamental. É um fenômeno muito relevante do ponto de vista ecológico, para manter a natureza funcionando”, ele avalia. De alguns anos para cá, as abelhas têm ganhado atenção mundial por seu papel também na garantia da segurança alimentar.

Quando não dependem diretamente dos polinizadores para a geração de frutos, espécies centrais para a agricultura apresentam um salto de produtividade quando são visitadas por esses animais. “Aqui no Cerrado, a atividade agrícola mais importante é a soja. Hoje já se sabe que, dependendo da variedade da soja, os polinizadores podem aumentar a produção em até 15%”, Braulio relata. “As pesquisas aqui no Brasil mostram que cafezais próximos de vegetação nativa têm uma produção 30% maior do que cafezais longe de florestas ou de Cerrado”. Outras culturas locais também são diretamente beneficiadas pela polinização animal, como o maracujá, o algodão e o tomate.

O *Relatório temático sobre polinização, polinizadores e produção de alimentos no Brasil*, lançado em agosto do ano passado, revisita a literatura científica sobre as espécies cultivadas no Brasil e apresenta um cálculo do valor do serviço realizado por abelhas e outros polinizadores para a nossa agricultura. “Quando você soma a importância da polinização para cada espécie cultivada, a estimativa é de R\$43 bilhões por ano”, Braulio relata. Infelizmente, muitos dos maiores interessados nessa cifra ainda não se dão conta de como essa parceria é fundamental.

“Ainda é comum que se destrua a vegetação no entorno das lavouras. Muitas abelhas fazem ninho dentro de ocos de árvores. Se você queima ou derruba as árvores mais antigas, isso vai reduzir a população de abelhas na região e prejudicar a polinização das lavouras”, ele explica.

O uso indiscriminado de agrotóxicos é outra ameaça para os polinizadores que se volta contra os próprios produtores. Como Braulio pontua, grande parte dos inseticidas não é específica. Isso quer dizer que eles são nocivos não apenas para as pragas, mas para todos os seres que frequentam as lavouras, inclusive os polinizadores. Augusto explica que o veneno não é eliminado ao longo da cadeia alimentar. O que acontece é o contrário, em um fenômeno conhecido como bioacumulação. “Se esse agrotóxico cai na água ou é jogado nas plantas, ele vai sendo acumulado ao longo da cadeia alimentar. Um morcego, que vai ser o predador de um inseto, vai sentir muito o efeito desse agrotóxico”, ele alerta. “Assim como acontece com a gente quando ingerimos um alimento contaminado”. A redução da população de polinizadores desequilibra toda a cadeia, abrindo espaço para pragas e insetos mais resistentes.

A agricultura familiar também sofre com os impactos do veneno. A agrofloresta de Wilson pode ser um oásis

Foto: Kika Antunes

Sítio Roseiral: oásis em meio a um mar de lavouras de soja e capim.



para as abelhas, mas não consegue se blindar da pulverização na vizinhança. “Aqui em volta, tudo é lavoura. Eles jogam veneno direto e a gente acaba vivendo no meio do veneno aqui. Eu plantei eucalipto como um quebra-vento, uma cortina contra o veneno. Mas se a abelha for à lavoura pulverizada, morre tudinho”, Wilson desabafa. Em suas andanças pelas comunidades de Chapada Gaúcha, Zé Elias conta que é comum que mesmo os pequenos agricultores caiam na cilada dos agrotóxicos, prejudicando a produtividade da roça e também a sua própria saúde. “Essa cultura do veneno, que vem da monocultura, às vezes o pequeno produtor usa lá dentro das veredas pra secar mato, imunizar o feijão. E de forma pior ainda, porque ele não tem dinheiro pra comprar luva, pra usar os equipamentos de proteção”, ele denuncia.

Além do desmatamento e do uso dos agrotóxicos, os polinizadores do Cerrado enfrentam ainda outras ameaças. A expansão descontrolada da atividade de mineradoras em áreas de caverna, por exemplo, traz consequências nefastas para espécies como o morceguinho-do-cerrado, encontrado apenas na cordilheira do Espinhaço, em Minas Gerais e na Bahia. Augusto relata que as perspectivas das pesquisas recentes na região não são animadoras. “Em função da destruição do habitat, as projeções são de um futuro catastrófico para esses morcegos – e para todas as plantas que dependem deles para a reprodução”, ele afirma. No caso das espécies que desenvolveram flores especializadas, a extinção do polinizador pode ser fatal.

Em relação às populações de abelhas, Zé Elias denuncia que as espécies nativas têm sido particularmente impactadas nos últimos tempos. “A jataí está ameaçada de extinção. São abelhas fundamentais para a horticultura, que polinizam o coentro, semente de alface, abóbora. As jataí, as *trigonas* todas, são abelhas importantíssimas para o bioma Cerrado”, afirma. Leandro explica que, embora conviva bem com as espécies nativas em condições de preservação ambiental, a *Apis mellifera* acaba dominando os recursos disponíveis em ambientes degradados e pode acabar prejudicando as abelhas locais.

Para reverter esse quadro e proteger as populações de abelhas e de outros polinizadores, seria fundamental fortalecer as políticas ambientais. Braulio comenta que uma iniciativa internacional a favor dos polinizadores tem sido liderada pela Holanda, com adesão de cerca de 30 países. “A ideia é estimular os governos a criarem iniciativas em prol da

manutenção e recuperação dos polinizadores, particularmente no contexto de paisagens onde haja produção de alimentos”, ele afirma. O Brasil ainda não aderiu à iniciativa.

Augusto é categórico em relação às suas expectativas diante da postura do governo federal: “o cenário é catastrófico”. Ele relembra que nos últimos 10 anos, da mudança de legislação das cavernas até o novo Código Florestal, as decisões têm afrouxado a proteção ambiental e permitido uma exploração ainda mais agressiva dos recursos coletivos. Com a liberação recorde de novos agrotóxicos e o desmantelamento da política climática, o cenário não parece mesmo nada promissor. “O governo atual tem adotado políticas totalmente antiambientais, de desmonte dos órgãos e corte dos recursos destinados à fiscalização. É uma política ambiental que vai totalmente na contramão tanto da biodiversidade quanto da nossa própria segurança alimentar, do combate de pragas”, ele critica.

A despeito das investidas que vêm de cima, comunidades em diversos grotões têm se organizado com o apoio de técnicos e entidades de extensão rural para criar alternativas de convivência e manutenção do Cerrado em pé. Nos arredores de Mandins, na região de Januária, Cigano lidera o movimento dos vereadores, em iniciativas para resgatar o manejo tradicional da várzea de rio e impedir o desmatamento, garantindo a soberania das comunidades tradicionais. Wilson e Zé Elias rodaram as comunidades nos municípios vizinhos da Chapada, espalhando a palavra do manejo sustentável. Em Arinos, a Copabase desenvolve há anos a implantação de apiários para a proteção de nascentes e garantia de sustento para pequenos produtores da região. A rigor, Cigano, Wilson e Zé Elias são também, eles mesmos, polinizadores. Em vez de transferirem pólen, seguem compartilhando um saber-fazer que é conhecimento da natureza também. “Esse conhecimento, seja das abelhas ou dos produtores, é essencial para que haja produção de alimentos. Sem o conhecimento das técnicas de manejo, também não é possível fazer a transmissão de um saber”, Mônica reflete. Wilson arremata: “nessas idas ao campo, você tá fazendo isso, jogando ideia o tempo todo”, elabora. “Tem ideia que pega e aí você vai fecundando a história”.

A PARTILHA DO ALIMENTO EM TEMPOS DE COVID-19

LUCIANA DE MORAIS E MARCELA BERTELLI

“Um ser diminuto, minúsculo, invisível até para alguns microscópios, mas que gera algo tão grande, mundial. O ser humano não está no topo da cadeia, não é invulnerável, o dono de tudo, o dono da razão. Dá pra tirar muita lição, muito aprendizado disso tudo.”

Algo minúsculo, mas que está nos ensinando sobre nós, como nos disse acima Joel Sirqueira, coordenador de trabalhos com extrativismo e agricultura familiar e professor no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Um vírus que fez o mundo inteiro dar uma volta grande e estranha, que mudou nossa maneira de conviver, trabalhar, construir e entender o valor da vida.

Enquanto cientistas em todo o mundo esforçam-se na busca por remédios e vacinas que tragam a cura para uma enfermidade ainda pouco conhecida, em cada lugar, cada casa, cada comunidade, a necessidade de proteger vidas se impôs de maneiras diferentes.

Célia Xakriabá diz que “é a força coletiva que temos em tudo, na escrita, na narrativa, na organização, todos os recursos de conhecimento, tudo o que aprendemos e possuímos como memória do nosso povo está sendo utilizado”. Ela sabe que, quando morre um indígena, “somos nós que perdemos a história e a memória coletiva, é menos uma mão segurando o nosso maracá”. Por isso, a luta dos Xakriabá é por permanecer em casa, mas é também por direitos de proteção do território, pela autonomia alimentar,

pela visibilidade em um contexto de violências históricas que se intensificaram com os riscos do coronavírus, mas que sempre existiram.

Precisamos do encontro para produzir, fazer circular as coisas e trazer de volta para casa os bens que precisamos para viver. O isolamento físico, parte importante das medidas de prevenção à Covid-19, trouxe-nos a possibilidade de evitar o contágio e portanto de preservar vidas. Contudo, trouxe a falta de circulação da renda, de alimentos, de atendimento escolar, social e de saúde preventiva, e tantos outros desafios. Evidenciou, ainda, um outro tipo de necessidade: precisamos do que alimenta o nosso coração.

“Antes do vírus, chega o medo, chega o outro vírus que é a falta de alimentos, o agravamento da vulnerabilidade”, nos lembra Célia. Chega também o medo que paralisa, porque “ninguém esperava, não estava no mínimo possível de planejamento, mesmo pensando em tantos riscos que já existem no trabalho com agricultura”, comenta Joel. Mesmo o acesso ao auxílio emergencial conquistado por algumas famílias precisa ser feito com deslocamento até o banco, o que parece ambíguo como medida de proteção social.

No território do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu, os modos de vida tradicionais sobrevivem de forma dinâmica e em constante diálogo, na memória coletiva, no afeto e nas formas de reciprocidade, sistemas de trocas e de produção a partir da potente relação entre o quintal e o Cerrado. É assim com a cultura material, mas também com as expressões imateriais e da religiosidade. Dá pra imaginar um mês de junho sem a Festa de Santo Antônio em Serra das Araras? Ou sem ouvir a cantoria da Folia do Divino na comunidade de Buracos?

Mas, neste momento, as famílias precisam permanecer em casa, cuidar da vida. Proteger os mais velhos tornou-se



Foto: Edgar Xakriabá
Célia Xakriabá usa máscara produzida pelas mulheres de sua aldeia.



Foto: Joel Sirqueira | Acervo pessoal
Joel Sirqueira ajuda a articular o trabalho das cooperativas durante a pandemia da Covid-19.



Foto: João Gabriel Coura | Entrega de cestas da campanha Nutre Sertão Veredas na comunidade quilombola de Buraquinhos, Chapada Gaúcha/MG.

mais imperativo do que sempre foi. E assim muitas atividades foram afetadas. Joel conta que o isolamento social é o contrário da dinâmica social da produção agrícola e agroextrativista, em que os mutirões e as reuniões de cooperados são fundamentais para sustentar o funcionamento das cooperativas. E comenta que “a agroindústria é toda interligada, pois tem pessoas que extraem, produzem, processam, embalam, transportam, distribuem. Algo que precisa da mão de obra do vizinho, o ajudante pago por dia de serviço, ir coletivamente beneficiar; isso tudo deixa de acontecer ou acontece de forma mínima e precária, o impacto é enorme”. Ele ainda complementa dizendo que, além do trabalho paralisado, os produtores devem ficar meses sem capacitação, sem receber informações. Quando a Covid-19 chega, ela assusta muito porque os encontros que o trabalho proporciona também ajudam a construir juízos sobre a realidade, fundamentais para a consciência coletiva dos problemas e para a busca por soluções. “Como colocar um produtor agroextrativista em home-office?”. Assim, mais do que nunca, é um momento de reconhecer a marca do associativismo e do cooperativismo, influenciando o tipo de solidariedade que rege as relações sociais em toda a extensão do Mosaico.

Outra atividade importante hoje no Mosaico é o turismo de base comunitária, que constitui uma rede de receptivos familiares e pousadas, guias e condutores ambientais,

restaurantes e cozinhas comunitárias, artesãos, barqueiros, pontos de cultura, alambiques, serviços de receptivo de parques e atrativos, entre outros. A rede é parte importante da geração de renda na região. Mas, além de participar na composição da renda de muitas famílias, é também um agente importante de proteção às comunidades tradicionais. Muitos dos guias são moradores que agora atuam na mediação com quem chega de fora, na organização de distribuição de cestas de alimentos e no diálogo com as pessoas que, por terem visitado o território, tornaram-se parceiros em campanhas de ajuda humanitária.

Desde o início do isolamento físico exigido como condição de prevenção à Covid-19, redes de apoio e solidariedade movimentam a região para atender às demandas alimentar e sanitária; além de levar informações seguras, mobilizar a circulação da renda e de promover a identificação e os cuidados com grupos mais vulneráveis. Tudo para proteger e ajudar as pessoas a permanecer em casa, nutrindo-as de alimentos, companhia, segurança e confiança no futuro.

Algumas organizações têm um histórico antigo de relação com os municípios e suas comunidades, sendo inclusive criadas e mantidas por moradores locais e agregadoras do voluntariado de pessoas nativas. O profundo conhecimento dessas organizações sobre a região do Mosaico faz com que o direcionamento das ações de apoio seja mais efetivo e equitativo.



Foto: Cáritas Diocesana de Januária/PASCOM Catedral Diocesana de Januária | Entrega das cestas na comunidade Ilha da Ingazeira/Município de Manga.



Foto: Cáritas Diocesana de Januária/PASCOM Catedral Diocesana de Januária | Entrega das cestas na comunidade de Forquilha/Município de Cônego Marinho.

Surgiram campanhas como a Nutre Sertão Veredas, promovida pelo Instituto Rosa e Sertão, de Chapada Gaúcha. A partir de uma articulação que teve como fonte de recursos doações de pessoas físicas e jurídicas, além de parceria com a Fundação Banco do Brasil, o Rosa e Sertão adquiriu produtos da agricultura familiar junto à Cooperativa Sertão Veredas, organizou uma rede de voluntários e distribuiu alimentos, materiais de higiene e limpeza, além de material de artes para crianças em 40 comunidades tradicionais do território, ofertando também orientações seguras a partir de uma rede de jovens que produzem *podcasts* e vídeos pedagógicos. A campanha carrega, também, a identidade da organização na sua relação com as comunidades, tendo como marcas o afeto, a linguagem poética e musical e o protagonismo feminino. Assim, “nutre-se não apenas de alimentos, mas de atenção, respeito e verdadeiro afeto pelas pessoas, fundamental neste momento de incertezas e violência em tantos âmbitos da vida”, comenta Damiana Campos, do Rosa e Sertão.

O WWF-Brasil é uma das organizações que também atua no Mosaico e concentrou ações emergenciais contra a Covid-19 no Brasil atendendo a populações da Amazônia e do Cerrado, beneficiando indígenas e agroextrativistas. No Cerrado, foram apoiadas 50 famílias indígenas da etnia Xakriabá, que receberam doações de cestas básicas e produtos de higiene, em parceria com a Cáritas Diocesana de Januária, Minas Gerais. Vale lembrar que os Xakriabá são

a maior população indígena de Minas Gerais. Além disso, a organização comprou parte da produção do agroextrativismo, embalagens e equipamentos para cooperativas e também fez o pagamento das diárias de cooperados. Para a Cooperuçu, por exemplo, doou um freezer com capacidade de armazenamento de 600 kg, o que tornou possível estocar parte do que não está sendo vendido no momento. “Reconhecendo que são os guardiães do bioma que estão vivendo esse momento tão difícil, decidimos atuar emergencialmente para apoiá-los”, conta Vinícius Pereira, analista de Conservação do WWF-Brasil. Dessa maneira, o efeito de tais ações é duplo. Garante a renda de quem produz e a chegada de alimento de qualidade à mesa de quem precisa.

Meire Reis, coordenadora de projetos da Cáritas Diocesana de Januária, menciona a campanha “É Tempo de Cuidar”, ação que partiu da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – e da Cáritas Brasileira, mas que, ao chegar à região, ganhou contornos próprios. A campanha, no território, é um grande guarda-chuva que comporta também projetos emergenciais apresentados a diversas fontes de apoio financeiro para fazer frente à pandemia, em uma parceria da Cáritas com a Diocese de Januária. É assim que, até o momento, somente essa organização conseguiu impactar cerca de 3.300 famílias, principalmente com a distribuição de cestas de alimentos, produtos de higiene e de proteção pessoal.



Foto: Edgar Xakriabá
Indígenas da etnia Xakriabá realizam ações de monitoramento comunitário na Terra Indígena.

Não só as famílias que recebem as cestas são beneficiadas. Há uma preocupação, em todas as ações que têm sido realizadas no território, em garantir o escoamento do que é produzido pelos pequenos agricultores, extrativistas, artesãos e cooperativas. Com isso, o recurso se multiplica e seu resultado ganha mais força. É o que lembra Suzana Escobar, professora do IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas – e membro da diretoria da Cáritas Diocesana de Januária. Ela recorda que, no caso das cestas montadas pela Cáritas, por conta dos projetos desenvolvidos anteriormente, souberam o que procurar e comprar em cada comunidade. Levar alimento, conforto, possibilidade de permanecer em casa e, mais do que isso, fazer brilhar os olhos: “A cesta ficou linda!”.

O povo Xakriabá tem conseguido proteger seu território por meio de ações de mobilização própria, e está conduzindo o Monitoramento Comunitário da Terra Indígena. Conta com o apoio de ONGs e de universidades nas ações de monitoramento, na produção de testes e na arrecadação de cestas de alimentos para as famílias que precisam. Célia Xakriabá é enfática ao lembrar que o genocídio do povo indígena sempre esteve presente nas disputas políticas, na ocupação dos territórios e nas lógicas de produção e de consumo. Recorda também que seu povo já enfrentou outras epidemias, como a de sarampo na década de 80, que matou em média 2 pessoas por família indígena: e a meningite na década de 90, que matou em média 1 pessoa por família. “Então, pra nós, a história mostra que o risco é real. Por isso, todo o esforço é para proteger as pessoas”.

Assim, desde o dia 19 de março a população Xakriabá e suas lideranças tomaram como medida colocar faixas por todo o território, impedindo a circulação de pessoas de fora por tempo indeterminado. Foi uma medida emergencial, que possibilitou à organização interna montar um sistema eficaz para monitorar a circulação de pessoas, com a possibilidade de identificar o círculo familiar de um doente, por exemplo, dando atenção sanitária adequada e ajudando a proteger os demais moradores. Os dados do monitoramento auxiliam os serviços de saúde, as lideranças indígenas e as próprias famílias na tomada de decisões. Esse é, também, um tempo de recolhimento e espiritualidade, de cuidados. O trabalho conta com uma rede de 60 mulheres engajadas na confecção de máscaras e com o esforço de todas as gerações, de estudantes e de profissionais da saúde, na proteção das pessoas e do território.

Perguntada sobre como a luta indígena, neste momento, pode nutrir de força e esperança outras pessoas, povos e comunidades, Célia Xakriabá foi claríssima: “as pessoas sempre pensam no poder, nas estruturas de poder, mas eu acredito na luta coletiva como poder. Não podemos, mesmo com todos os nossos esforços, salvar a vida. Mas podemos nutrir essa esperança, transformar essa consciência. O que vai curar esse momento não é o princípio ativo pesquisado nos laboratórios. O que vai curar esse momento também é o reativar dos nossos princípios de humanidade. Porque se a população brasileira não entender a importância dessa solidariedade coletiva com os povos indígenas, quem sobreviver vai ter que enfrentar as mudanças climáticas. Sem os povos indígenas, o Brasil vai ter outra falta de ar, para a qual não existe cura, porque perdeu o seu princípio ativo, porque somos nós que protegemos a biodiversidade do mundo”.

Artistas se movimentam

Artistas locais de todo o território também se movimentaram usando ferramentas digitais. Uma série de *lives*, algumas feitas para arrecadar recursos direcionados às comunidades, foram e continuam sendo realizadas. Uma *live* do músico Roniéilton Fagundes – em parceria com o Mesa Brasil e o SESC – arrecadou mais de 3.600 kg de alimentos que seguiram para famílias em situação de vulnerabilidade de Januária. Para além da arrecadação financeira e de itens essenciais, importa muito perceber que esta agitação – principalmente musical – anima, garante fôlego e coragem aos que permanecem em casa. A arte ajuda a atravessar momentos difíceis.

A beleza de toda essa movimentação também passa pela sensibilidade de quem habita o território e está acostumado a dar as mãos para construir e garantir o futuro. E são justamente essas miudezas que confortam e estimulam a fé no amanhã; que nutrem a alma.

Magaly Escobar, voluntária no Ponto de Cultura Centro de Artesanato da Região de Januária, conta que em meados de março, logo depois de decretada a pandemia, foram 14, 15 dias sem sair de casa. Sozinha com a irmã, ficou muito triste. Além de não poder sair, não conseguia imaginar como ajudar pessoas que, a exemplo de alguns vizinhos do Centro, ela sabia que estavam precisando. Foi então que assistiu a uma missa em que o padre convocava

cada um para, de sua casa, estabelecer um propósito, mobilizando seus saberes. Ela se lembrou da máquina de costura de sua mãe, “o som de sua infância”.

“Eu falei: eu vou fazer máscaras para quem precisar! E joguei no grupo do Centro de Artesanato. Aí, um foi me dando metro de pano, outro foi me dando a linha, outras me deram elástico. Minhas irmãs fizeram mutirão de doações. Já tinha outra sobrinha minha que também gosta de costurar e fez um monte de máscaras, a minha outra irmã fez outro lote de máscaras... Isso foi virando uma bola de neve”.

Isso foi o que a animou. Por meio da costura, ela se sentiu presente para o outro, mesmo distante fisicamente. Esse sentimento fez toda a diferença, deu força para atravessar o momento. Ela contou, emocionada: “Foi como aquela comunhão na missa, que eu não fiz presencial. É a minha comunhão espiritual e é a minha comunhão material com os meus amigos, a minha família e com aquelas pessoas que eu nem conheço, mas que precisam. Que estão longe e que podem, dessa forma, estar se livrando do vírus, se protegendo”. Sua fala revela o ciclo virtuoso que permeia o ato de voluntariar-se. O voluntário nutre e é nutrido. Seja de alimento, seja de informação, seja de saúde, mas sempre de afeto.

É assim que boa parte do território funciona. A Covid-19 potencializou tudo isso, mas como bem lembra Gleydson Vicente Mota, também do Centro de Artesanato, essas ações de apoio sempre ocorreram no Mosaico. Ele sublinha o trabalho do grupo Art Solidária, formado por 12 mulheres que há duas décadas se sensibilizaram com a situação de famílias mais vulneráveis da região e, por conta própria, funcionando a partir de recursos que arrecadam com a venda do que tecem, bordam, pintam e costuram, além de doações, cobrem muitas pessoas com provisões dos mais variados tipos.

De acordo com Júlia Mendes, que faz parte da coordenação do grupo, durante a pandemia já distribuíram mais de 20 cestas básicas e cerca de 65 cobertores, além de dar continuidade ao trabalho de construção de cômodos e barracões para moradia de quem vive em condições muito precárias. A ideia de continuidade do trabalho é muito presente no pensamento de Júlia. “A gente continua firme e estamos doidas para que passe essa pandemia para que a gente possa retomar nossas reuniões semanais e, por enquanto, nós vamos trabalhando em casa. Continuamos trabalhando em casa”. As formas de agir e impactar

a comunidade do Art Solidária dão sinais de como o gesto livre e intuitivo pode, de maneira quase desprezível, transformar a realidade do seu entorno. Essas mulheres observam com sensibilidade o que está a sua volta, buscando apoio para, junto com seu trabalho, contribuir para melhores condições de vida. A ideia de efetividade está presente nas construções de banheiros para algumas casas. É o básico, inexistente, que passa a existir.

construir juntos

Perceber o outro, suas necessidades e o que me oferece como contraparte – principalmente quando essa oferta é de algo que não se pode medir ou ver, a não ser com o coração. É bonito perceber, na fala de Elson Barbosa, o Elsinho, a profundidade das suas relações com o território e as comunidades. Um dos primeiros condutores ambientais da região, seu trabalho é apresentar aos viajantes as gentes e paisagens do território, seu patrimônio ambiental e cultural. Nesses caminhos, e sendo morador local, ele conhece profundamente a complexidade e a riqueza dos lugares. E reconhece sua importância – é a existência das comunidades nessas terras que permitem seu trabalho e sua subsistência, sua existência. Por isso, com a situação difícil imposta pela doença, Elsinho viu-se impedido a se movimentar para ajudar a suprir as necessidades das pessoas e, com as ações que desenvolve, diz que não está doando, mas retribuindo.

“Isso nutre muito a gente como pessoa, porque é uma retribuição que eu consegui fazer para a comunidade. É um retorno. Como eu trabalho com o turismo, isso é uma forma de retribuição mesmo para as comunidades. Nutre a alma; a gente como pessoa, já que estamos ajudando nesse momento difícil”. Quem contribui com as ações dele também o faz, de certa forma, por gratidão: gente de todos os cantos que visitou o território e conheceu pessoas e lugares apresentados por Elsinho. Assim, estabelecendo um ciclo de reciprocidade, ele volta às comunidades com cestas básicas, máscaras e itens de higiene e limpeza para a proteção das pessoas que, antes, se deram a conhecer a ele e aos turistas que conduziu.

Na primeira ação que fez, arrecadou o correspondente a 26 cestas básicas que incluíam também álcool em gel e máscaras. Com elas, atendeu às comunidades de Ribeirão de Areia, Vereda, Buraquinhos, Barro Vermelho e São José.

Com a continuidade da ação, conseguiu ainda atender às comunidades de Santa Rita, Rio dos Bois e Cachimbo. Elisinho agora espera a chegada de mais máscaras prometidas pelos amigos que fez nos caminhos de sua profissão.

A vontade de alimentar impulsiona muita gente. Elis, uma criança de apenas 5 anos, moradora de Serra das Araras, já compreende a importância de ajudar. Ela é filha de Jéssica Campos, advogada que, tendo vindo de uma família que experimentou muitas necessidades, reconhece os privilégios que pode hoje oferecer à filha. Faz questão de contar a ela histórias de luta e de mostrar que a realidade é mais bonita quando construída coletivamente. Um dia, Elis viu com a mãe uma reportagem retratando um “mercado solidário” no qual quem tinha doava e, quem não tinha, pegava o que precisava. Para a cabeça de uma criança, parecia algo muito simples.

Depois de assistir ao vídeo, a menina não teve dúvidas: disse à mãe que queria um mercadinho igual. Jéssica, no início, até pensou que a filha queria brincar de mercado para ganhar um dinheirinho, mas logo percebeu que era algo muito melhor. Ela queria criar o *Mercadinho da Elis*, onde as pessoas poderiam buscar o que precisassem pagando apenas com a gratidão. A mãe logo se envolveu na ideia da filha, mas deixou bem claro que, se ela queria fazer aquilo, teria que trabalhar bastante. E foi assim que, por meio de mensagens pedindo doações a familiares e conhecidos, Elis logo conseguiu arrecadar os primeiros recursos e abrir o sonhado mercadinho, com ela trabalhando na entrega dos produtos. Em dois dias, o estoque acabou, tamanho o sucesso. Jéssica fica orgulhosa da sensibilidade da filha: “Elis sabe que algumas pessoas não têm comida em casa todos os dias, [...] consegue ter empatia e vai além. Ela conseguiu o que a maioria dos adultos não consegue, que é fazer um movimento para ajudar o próximo. Com isso, movimentou muita gente inspirando, inclusive, um outro mercadinho nos mesmos moldes, na cidade de Chapada Gaúcha.”

O mercadinho continua firme e forte. Mãe e filha continuam recebendo doações e distribuindo, sempre que o estoque permite ou que alguém as procura perguntando se tem isto ou aquilo. E se há algo que nunca falta por ali é benquerer. Esse é o motor. Se pararmos para pensar, é justamente a capacidade de se envolver com as necessidades de quem nos cerca que nos nutre, fazendo-nos também mais fortes, corajosos e esperançosos. Quem desacredita do futuro ao saber do *Mercadinho da Elis*?



Foto: Jéssica Campos
Elis Campos e seu “mercadinho”.

A RESPOSTA COMEÇA NO ANDAR JUNTO

caminhos do associativismo e do cooperativismo

JOEL SIRQUEIRA E LUIZA DULCI

“**E**sse é o momento de nós nos unirmos cada vez mais. Deixar as coisas velhas pra trás e viver vida nova, ser novas pessoas. As dificuldades estão aí para serem enfrentadas e sozinha eu não posso. Então podemos juntar os nossos pensamentos, as nossas atitudes e tentar transformar aquilo que é ruim no que é bom. Nós devemos andar juntos. Em tudo que decidirmos, não devemos decidir sozinhos. Devemos procurar ser cooperativa.”

Assim nos disse Aldenir Ferreira da Mota, a Neguinha, agricultora familiar e extrativista da comunidade Olhos D'Água, cooperada da Cooperuaçu, quando perguntada sobre como ela percebe o momento atual para a produção agrícola familiar na região onde mora.

De fato, o dia a dia de Neguinha e dos outros produtores em sua comunidade sempre foi construído na base do

diálogo e da solidariedade. As famílias produzem e tiram seu sustento por meio de atividades essencialmente coletivas e baseadas na relação com o Cerrado a partir de sua biodiversidade, o que fortalece o senso comunitário e a corresponsabilidade com a preservação ambiental.

É nas feiras que o povo conhece melhor a riqueza da produção agroextrativista e o trabalho das cooperativas. A Feira Agroecológica e Cultural ocorre durante as noites de terça-feira e eventualmente também às sextas-feiras na praça Tiradentes, em Januária, há cerca de dois anos. Esse espaço de comercialização de alimentos saudáveis é também um lugar de confraternização, de celebração da cultura local, com apresentações de música e barraquinhas de culinária regional.

Além da feira, existe a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Peruaçu, uma iniciativa que liga agricultoras e agricultores de 10 famílias produtoras da zona rural a 16 famílias da cidade, chamadas de coagricultoras, num sistema que permite o pagamento antecipado da produção para a entrega de cestas que são montadas à medida da necessidade familiar. Para além de uma relação de comércio de produtos, a CSA oferece um espaço de encontro, unindo a realidade rural e a urbana no local onde as cestas são entregues, fazendo dele ponto de convivência. As famílias se conhecem e constroem, assim, uma relação sustentável e fraterna. Por isso, mesmo quem não produz pode ser um coagricultor, participando dos mutirões de colheita e coleta dos produtos do Cerrado.

A CSA Peruaçu foi a primeira CSA do Brasil a ser gerida por uma cooperativa, a Cooperuaçu, além de ser também a primeira CSA de todo o Norte de Minas Gerais. Sua experiência é importante, pois mostra que é possível construir um sistema de abastecimento de alimentos saudáveis diferente e justo social e ecologicamente. E mais,

mostra também que ações muitas vezes simples que envolvem trabalho coletivo, baseado em relações e valores solidários, podem contornar grandes estruturas e lógicas de exploração e construir uma sociedade mais plural e digna, onde caibam todas e todos.

Mas, por causa da pandemia da Covid-19, esses dois espaços de encontro, assim como toda a dinâmica de produção e de alimentação no território, foram profundamente impactados. Como aponta Neguinha, “foi um choque, um choque para todos nós. Estávamos aí num grupo no qual estávamos entregando alimento. Estava sendo um avanço no dia a dia e tudo isso foi modificado. Pelo medo, pela falta de recursos. Pra nós não está sendo nada fácil, tudo na nossa vida mudou”.

Josemar Mota, conhecido como Mazim, também da Comunidade Olhos D'Água, agricultor familiar e agroflorestor da CSA Peruaçu, segue na mesma direção quando diz que “os impactos são vários, desde o psicológico da gente, que fica bem afetado, como também a situação financeira, do dia a dia da gente, do convívio e vários outros fatores a mais”. Também Ticão, apelido de Valdecir Gonzaga, agricultor familiar e agroflorestor da CSA Peruaçu de Várzea Grande e cooperado da Cooperuaçu, aponta que “ficou difícil para sair até no supermercado, fazer uma simples compra ou vender alguma coisa e conviver com o medo”. Rejiane do Carmo, de Várzea Grande, estudante do Curso Técnico em Agropecuária do Polo Peruaçu/IFNMG, lembra que “tem hora que a gente vai ao mercado e não acha as coisas que a

Foto: Joel Sirqueira
Silmara Aparecida lê a ata em reunião na cooperativa.



gente quer, que a gente tá precisando”. Isso porque, com a perda da dinâmica social e coletiva na produção, os mercados passam a ficar desabastecidos.

o isolamento social na zona rural

Sabemos que mesmo para quem está nas cidades, possui emprego fixo ou tem a possibilidade de fazer *home office*, as mudanças desses tempos têm sido profundas. Mas o isolamento social na zona rural tem outras características. Para as populações do campo, que vivem do extrativismo, da agricultura familiar e da comercialização dos produtos em grande parte para os programas de alimentação escolar e nas feiras livres, a situação é muito grave. A própria ideia do isolamento social é estranha e desorganizadora dos princípios da vida, abrange todos os seus âmbitos. De muitas maneiras, isso prejudica as práticas cotidianas de interação e as próprias possibilidades de geração e distribuição de renda.

Neguinha desabafa: “estamos nos sentindo como um pássaro sem poder ir e vir. Você fica apavorado porque não sabemos quem está contaminado ou não. A pandemia transformou a nossa vida numa reviravolta, que se a gente for sentar pra falar, é muita coisa”.

Os encontros de discussão sobre o trabalho foram praticamente paralisados, mesmo para buscar soluções frente aos problemas da pandemia no Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu. As reuniões não puderam mais ocorrer presencialmente e a carência de internet é um impedimento para a realização dos encontros em formato digital para muitas pessoas. Silmara Correia da Mota, agricultora familiar e extrativista da comunidade Quilombola de Pedras, cooperada da Cooperuaçu, diz que “na região do Peruaçu são muitas as famílias que não têm acesso a uma internet para ajudar nos estudos. As reuniões e os cultos dominicais também não têm acontecido”.

No que diz respeito às atividades produtivas, foram interrompidos os trabalhos de beneficiamento dos produtos extraídos do Cerrado, na medida em que as trabalhadoras e os trabalhadores não podem mais se deslocar até as unidades de beneficiamento de forma coletiva, que é a maneira de produzir as polpas, as geleias, o creme de pequi, a compota de cajú e outros produtos. Também as atividades de assistência técnica aos agricultores têm sido prejudicadas, na medida em que situações de aglomeração devem ser evitadas.

Entre os sentimentos mais compartilhados entre as pessoas estão a incerteza e o medo: “a gente fica preocupado e não sabe o que vai acontecer depois no caso de contrairmos a doença”, cita Mazim. Neguinha diz que “antes a gente tinha um pensamento diferente, hoje você já não pode mais contar com esses pensamentos, sabemos que eles podem ser modificados a todo momento”.

Nesse sentido, as ausências e os desencontros de informações alimentam os sentimentos de angústia e desespero das famílias, que não entendem o que está se passando e têm dificuldades para se planejar e se organizar. Por conta disso, o isolamento das famílias extrapola a dimensão física e é também sentido na forma de isolamento cultural, econômico, social, enfim, na vivência cotidiana.

Esse sentimento é ainda agravado pelo fato de que os primeiros casos de contaminação da Covid-19 na região foram notificados justamente na zona rural, trazidos por pessoas que migraram para grandes cidades, em especial Brasília e São Paulo, e que retornaram nesse período da pandemia por falta de condições de por lá permanecerem. Por conta disso, os receios de contato e posterior contaminação nas próprias zonas rurais parecem ainda maiores. É preciso ser criativo para buscar outras formas de conversas e encontros.

Mas os desafios também obrigam a retomar o sentido do trabalho e revelam que o desejo é maior do que o medo que paralisa. E se existe um lugar onde é possível ver a criatividade e o ímpeto de trabalhar de forma coletiva, é justamente na zona rural. Aqui, há mais liberdade e possibilidade de viver bem, com dignidade. O contato com a natureza e o sentimento de pertencimento ressignificam a ideia de distanciamento e abrem possibilidades para uma variedade de novas e antigas conexões.

nascem as iniciativas

Para as famílias que possuem seu pedaço de terra e podem ali mesmo cultivar hortaliças, colher castanhas de baru e produzir farinha de jatobá, a mensagem violenta e muitas vezes contraditória da orientação “fique em casa” pode ser sentida de outras formas. A possibilidade de autonomia alimentar, ao menos para a própria família, é algo que traz mais segurança, em comparação a quem vive nas cidades e depende do comércio para sua alimentação.

Tomando os devidos cuidados, é possível manter as atividades de cultivo e extrativismo nos quintais e nas áreas

Foto: Marcela Bertelli

Ticão em sua agrofloresta nos fundos de casa na comunidade Várzea da Palma/Peruaçu.



de coleta, sem comprometer a saúde e a vida das pessoas. Mais do que possível, há urgência para que isso ocorra de forma mais extensiva, também para a geração de renda das famílias e para continuar oferecendo alimentos saudáveis para quem mora nas cidades.

A questão da alimentação adequada como um direito de todas e todos voltou a fazer parte da agenda pública porque a pandemia tornou evidente a desigualdade social que retira de milhões de brasileiras e brasileiros, incluindo os habitantes do Norte de Minas, a segurança alimentar. De modo geral, a preocupação com a fome está muito ligada com o caminho que os alimentos percorrem do campo à mesa. A lógica baseada nos grandes supermercados, frigoríficos e unidades de distribuição se mostrou extremamente incapaz de preservar a renda dos pequenos produtores e cooperativas e de dar acesso à “comida de verdade” para todos que demandam alimentos saudáveis.

Por isso mesmo, tem surgido e crescido iniciativas de produção e distribuição de produtos agroecológicos e advindos dos pequenos produtores como exigência de qualidade de vida e de saúde das pessoas. Exemplo disso é a montagem e distribuição das cestas de alimentos produzidos nas

imediações das cidades a partir dos participantes da Feira Agroecológica e Cultural de Januária e a CSA Peruaçu. Todas essas experiências evidenciam o interesse dos consumidores nas formas de cultivo em equilíbrio com a preservação do Cerrado, na qualidade dos produtos que consomem e na justa distribuição de renda ao produtor rural.

Com a Feira Agroecológica e Cultural de Januária interrompida em março e, com isso, o fato de que as famílias agricultoras passam por dificuldades para escoar a produção, começou-se a pensar em alternativas. Sabe-se que muito se perde nas entregas remotas, tipo *delivery*. Há questões práticas relativas à preparação e à entrega das cestas, assim como há perdas menos visíveis, porém não menos importantes, como o “arejar” a cabeça e as trocas entre as pessoas, que acontecem durante a feira.

Para aqueles que se perguntam se a CSA se equivale ou pode se equivaler ao *delivery*, a resposta é simples e direta: não, pois são propostas distintas, senão opostas. A CSA é uma tecnologia social e não envolve dinheiro vivo nas relações. É mais uma troca, onde famílias da cidade financiam a manutenção das famílias agricultoras e extrativistas no campo

Foto: Joel Sirqueira
Leiliane, Rejane e Fernanda, estudantes do Curso Técnico em Agropecuária IFNMG/Polo Peruaçu em aula sobre uso de drones.



produzindo de forma sustentável e com qualidade de vida, e recebem o fruto dessa produção a cada semana na forma de cestas de produtos. Vê-se, portanto, que a prioridade é o *apreço* e não o *preço*. Esses mesmos princípios sustentam a Feira de Januária, que promove geração de renda e que tem na valorização cultural local um de seus importantes objetivos.

O “plano B”, de que todos precisamos, deve ser pensado em outras bases. A comida precisa chegar e a renda precisa circular. Mas essa construção deve respeitar as necessidades e particularidades locais.

É aí que a crescente conscientização dos consumidores aparece como uma das novidades positivas dos últimos tempos e pode nos ajudar a repensar e a reestruturar a dinâmica de produção e distribuição dos alimentos na região.

A pulverização de intermediários físicos e financeiros presentes no sistema agroalimentar hegemônico mostra-se cada vez menos capaz de lidar com situações adversas. Sabemos que não há formas de resiliência e resistência quando não temos autonomia sobre o que comemos, sobre o que produzimos, sobre como nos relacionamos com nossos vizinhos. Se bem aproveitada, a junção entre consumidores mais conscientes e a necessidade de revisão do sistema de abastecimento pode alavancar a vida das cooperativas e das famílias agricultoras e extrativistas na região.

O desafio é não dispersar, não desperdiçar e não deixar apagar as conquistas populares dos últimos anos. Elas trouxeram ganhos expressivos em termos de renda, organização dos arranjos produtivos locais, acesso e aprimoramento do conhecimento, viabilização das agroflorestas e outros sistemas de manejo e acesso à água por meio de cisternas de captação de água para uso doméstico e para a produção. Juntamente com os ganhos econômicos e materiais, foram também conquistas marcadas pelo resgate e pela construção da confiança e da autoconfiança das pessoas em torno da noção de que a vida na região do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu é digna, abundante e soberana.

Parte das respostas está na educação

A construção das vias alternativas das rotas de vida na região passa também pela dimensão educacional. Um dos espaços que contribui afetiva e efetivamente para essas construções de autonomia econômica e cultural é o

Polo Avançado Peruaçu do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). O Polo chegou na região do vale do Peruaçu em 2018. Logo de início mais de 120 jovens se inscreveram para o Curso Técnico de Agropecuária com foco em extrativismo, cooperativismo e agroecologia, contextualizado à realidade local. Desses, 40 foram selecionados para a primeira turma que deve se formar em breve, assim que for possível retomar as atividades presenciais de ensino. O perfil dos estudantes é formado por agricultoras e agricultores familiares, cooperados, extrativistas, filhos, netos e sobrinhos de extrativistas da região do Peruaçu.

Ao longo dos dois anos de atividades, os jovens vêm se qualificando para a produção e para a comercialização agroextrativista, bem como para o beneficiamento dos produtos do Cerrado e da agricultura familiar. Um dos objetivos é justamente perceber que as casas de farinha e os engenhos de rapadura são agroindústrias.

Um aspecto fundamental do processo formativo é a possibilidade de colocar em prática em suas comunidades e quintais o que foi compartilhado, aprendido e vivenciado nas aulas e nos encontros no campus de Januária. Nesses encontros, estudantes de todos os polos avançados se reúnem por um dia inteiro para aulas práticas com os especialistas nos assuntos estudados.

Além da troca acadêmica, o contato entre os estudantes de diferentes comunidades é muito estimulante e enriquecedor. Da mesma forma, as viagens para a participação em feiras e eventos em diversos locais de Minas Gerais e em outros estados fortalecem a identidade do Norte de Minas a partir da valorização dos produtos da região. Se na capital do estado, Belo Horizonte, o pequi do Norte de Minas não é muito conhecido, na capital do país, Brasília, a qualidade do pequi do Cerrado mineiro é senso comum. Lá é sabido que o pequi do Norte de Minas é especial, seja em termos de tamanho, seja em termos de qualidade do óleo, por exemplo.

A primeira turma do Curso Técnico de Agropecuária com o foco em extrativismo, cooperativismo e agroecologia já percorreu localidades nos estados de Goiás, Distrito Federal, Bahia e Piauí. Todas essas vivências envolveram processos de troca com outras comunidades e, a partir daí, fortaleceram o reconhecimento e a valorização das identidades e das riquezas da região do Peruaçu e do Mosaico de modo geral. São experiências transformadoras que evidenciam que o alcance do curso é muito maior do que apenas qualificar tecnicamente as pessoas. Há de fato um processo de formação de lideranças.

Por tudo o que representa, o IFNMG pode ser um grande parceiro na estruturação das cooperativas e em outros arranjos produtivos na região. Além da educação, da pesquisa e da extensão, que formam sua base existencial, o Instituto pode dinamizar a agricultura familiar por meio das compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para abastecer os refeitórios universitários dos campi e polos avançados. Para tanto, há que se avançar no alinhamento entre a realidade da produção local em termos de composição da lista de produtos e nos impedimentos burocráticos que dificultam a participação dos produtores, tanto mais em tempos do isolamento social em função da pandemia.

A saída vem de nós e já está em construção

Como vemos, são muitos os desafios, assim como são também diversas e potentes as sementes de mudança. São plurais as possibilidades de construção de caminhos alternativos, construídos a partir de tecnologias, ideias e princípios tradicionais como a solidariedade e a justiça, mas que se abrem para novas práticas e novos arranjos produtivos, sociais e culturais.

Ticão, Neguinha e Silmara nos apontam o caminho da superação dos desafios, com o envolvimento de todos nós, seres humanos e natureza.

Para Ticão, “a superação mais complicada está no campo da fé, pois temos que animar os desanimados e principalmente as vítimas do vírus, as famílias. Juntos temos mais esperança e nos encorajamos para suportar a dor das perdas que temos. O cooperativismo agora é sermos muito mais solidários em grupos que cooperam uns com os outros”. Já Neguinha diz acreditar que “tudo isso irá mudar, a CSA vai retomar de novo e todos nós vamos ser felizes novamente. Estamos trabalhando pra isso, pra que as coisas melhorem. Nós juntos, unidos, porque não posso pensar só em mim, mas em nós”.

Por fim, Silmara nos ajuda a refletir sobre os caminhos. Não há dúvidas de que a saída passa por mais autonomia e soberania alimentar e por uma outra relação com a natureza – tudo o que já vem sendo construído no Peruaçu. O desafio agora é estender esses conhecimentos e práticas, disseminar esses valores e formas de viver e produzir. “Eu acho



Foto: Joel Sirqueira
Josemar Mota (Mazim) na cavalgada anual
da comunidade Olhos D'água/Peruaçu.

que o Peruaçu deve lutar pra produzir mais frutos, mais comida. Pra quando vier uma necessidade dessa, não ser preciso a gente ir até a cidade para comprar alimento para comer. Esse ano veio essa dificuldade, mas a gente ficou muito feliz com nosso Rio Peruaçu que graças a Deus aqui em casa tem água até hoje. Muitos anos a gente não via água correr nele e esse ano correu. Então, temos que nos juntar e unir forças pra produzirmos mais e mais. Como somos de comunidades tradicionais, poderíamos juntar aí ó: quilombolas com indígenas e ver se nesse nosso Cerradão bonito que temos aí, se não tem uma plantinha que seja boa, seja um remédio, que cure essa doença”.

WAHU: TEMPO E TRANSFORMAÇÃO

ENSAIO FOTOGRÁFICO
EDGAR KANAYKŌ XAKRIABÁ

“A história do tempo é assim.
quando começou o tempo,
o tempo perguntou pra o tempo:
tempo, quando é seu tempo?
o tempo respondeu pro tempo:
tenha paciência com o tempo,
que tudo, com tempo, tem tempo.
Ela parece não ter sentido,
mas se for ver, ela tem.
Bom sentido.”

JOSÉ DE SOUSA XAKRIABÁ











“o céu
respira
a terra”

PAJÉ VICENTE XAKRIABÁ

O SERTÃO É UMA ESPERA ENORME

MARCELA BERTELLI

Foto: Kika Antunes
Jacinto, conhecido como Jau, conhece bem a natureza, gosta de jogar verso e é guia no Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

“Nasci no sertão e tenho orgulho de falar: sou um caboclo sertanejo e gosto muito de rimar. Levanto de madrugada, antes do dia clarear, pra ouvir o canto dos passarinho e o grito do lobo-guará. Ainda eu quero ler estas palavras na revista do manzuá.”

JAU



“O sertão é uma espera enorme”. Essa frase de Guimarães Rosa no romance *Grande sertão: veredas* expressa uma espécie de condição valiosa do homem do Gerais. Mas podemos ousar expandi-la por outras geografias, porque a espera é, também, parte constitutiva da história e da personalidade de tantos povos.

Existe espera na volta dos filhos e filhas que saem para os estudos ou para buscar emprego, uma vez que as escolas de ensino médio e as universidades estão concentradas nas grandes cidades; existe a espera pelos maridos, que viajam para os meses de trabalho nas colheitas de monoculturas em outras regiões; existe a espera dos partos, cercados de rezas para serem bem sucedidos, antes feitos pelas mães e tias – experientes parteiras – e que hoje em dia acontecem frequentemente nos hospitais das cidades mais próximas. Há espera na morte, acompanhada dos cantos de incelença e encomendações de almas para enfrentarem seu longo trajeto até o céu.

E existe a espera das chuvas, na experiência potente que marca o tempo e renova a pertinência da fé, faz crescer a relação entre os seres vivos, homens, bichos, plantas, todos dependentes da mesma água para a sobrevivência.

“Final de setembro dá as chuvinha das flô... Mesmo só pra recuperar os pequizeiros, os cajueiros. Pra poder vingar, né? Agora, outubro também costuma chover um pouquinho, mas pra pegar firme mesmo é novembro, dezembro, janeiro. Já era pra ter dado uma chuvada, porque os pequizeiros, os cajueiros tão muito florados. E esse cajuzinho do cerrado, se não chover, não der uma chuvada nele, ele vinga pôquim. “

JACINTO PEREIRA, JAU

o ciclo das chuvas

É na espera das chuvas que se mede o tempo e as estações, muitas vezes de acordo com as datas e meses que coincidem com dias de santos milagreiros. Para as previsões, os sertanejos observam o comportamento de pássaros, insetos, árvores, as cores do céu, o desenho das nuvens, os sons, os cheiros. A natureza oferece muitos sinais para ajudar o homem a viver essa espera.

Onde não havia eletricidade para acompanhar os informes meteorológicos, os métodos para saber a época de plantio, evitando queimar as sementes pela secura da terra, eram baseados no conhecimento recebido dos mais velhos a partir de sua relação com a natureza. Hoje, a televisão e a internet até trazem informações, mas muitos moradores dizem que não confiam porque às vezes são anunciadas chuvas mas elas passam longe...

Sebastião Magalhães Carneiro, veredeiro de 61 anos, morador da Vereda da Cruz, no Vale do Peruaçu, descreve a passagem do ano e o ciclo das águas marcados pelos dias dos santos: “antigamente a gente plantava as roças era depois de São Miguel, 29 de setembro. São Miguel, até São Francisco a gente plantava. Se faltasse a chuva um pouco, mais pra Todos os Santos, Finados ela vinha de novo. Aí ia salvando as lavouras. São José é o tempo já da chuva quase indo embora. Que São José é 19 de março. Então é quando a lua muda prum lado e o sol pro outro, dá previsão de chuva. E dia de São Miguel é o tempo que ela volta pro lado dela e o sol pro lado dele. Aí dá previsão de novo”.

nas quisquilhas da natureza

Mas se as datas de santos marcam os grandes ciclos ao longo do ano, é “nas quisquilhas da natureza”* que a espera das chuvas pode ser vivida no cotidiano miúdo dos dias. É observando o comportamento dos animais, insetos e aves, plantas, os efeitos da lua e do sol, que o sertanejo encontra os sinais que indicam o momento certo de lançar as sementes, de dar manutenção nos telhados, ou ainda de rezar pedindo que o sol não seja inclemente.

Jau conta que na comunidade da Estiva, vizinha ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas, “a gente tem umas experiências sobre as flores do cerrado, mesmo os pássaros, e tem um insetozinho que eles mijam muito nas flor, no outro dia

amanhece tudo molhado debaixo. A gente já tem uma noção, por aquilo, que a chuva vem sempre mais cedo, né? A gente trata de 'mijador', ele fica na flor do pau lá, cê vê no outro dia amanhece molhado embaixo. É sinal que chove logo, não demora."

"O ano também que tem muito buriti, aí chove bastante também. Às vezes na fruta dele, aí chove muito." Pergunto a Jau: "e que mês que é de fruta de buriti?". Ele responde que é em novembro, dezembro que "tá pondo os cachos". Mas diz que o buriti demora, não é todo ano que põe cacho. "Ele demora três, quatro águas pra poder ficar maduro o fruto. Vamos supor, se ele pôs o cacho agora em novembro de 2020, novembro de 2021, novembro de 2022 que ele vai ficar bom. É... demora!"

Na comunidade Olhos d'Água, no Vale do Peruaçu, Sérgio Nunes da Mota, com seus 102 anos, comenta que antes das águas entram muitos besouros e mariposas em casa: "mas é do correr do tempo das águas, de outubro em diante. Aí, agora, quando dá de dezembro em diante, eles (os insetos)

Foto: Marcela Bertelli
João e Jorgelina na porta de casa, na vereda.



já vão diminuindo. Mas, porque o tempo da produção, a mesma coisa a lagarta. Nas roças, nos campos, é agora nesse tempo do broto, na hora que aqueles brotos vêm, e os besouros vão desaparecendo tudo". Sérgio sabe que os insetos aparecem antes das chuvas, morrem enquanto as águas ajudam a fazer crescer os primeiros brotos das plantas, atraindo as lagartas que nascem justamente dos ovos daquelas mesmas mariposas que ele viu entrarem em casa. É o ciclo da vida.

Além dos insetos, são muitos os pássaros que "dão aviso de chuva". O João Tolo, ou João Bobo, é dos que fazem muito barulho. "Quando eles começam a cantar, pode saber que a chuva tá próxima. Faz um barulho terrível cantando. Quando cê vê ele cantando bastante, assim, pode saber que tá chegando a chuva", comenta Jau, que também cita o Peixe Frito, pássaro que canta quando a chuva já está bem próxima.

Há outras aves maiores que mudam de comportamento. "Tem aquelas curicacas, tem a garça também. Quando cê vê, elas estão saindo mais pra fora, pro cerrado, é sinal que a chuva vai mais cedo, né? Sempre elas voam muito. As curicacas, elas cantam bastante, voam tudo dentro daquele buritizal, faz aquele maior barulho. As curicacas sempre têm essa noção da chuva. Sempre têm." Além desses que Jau cita, ele diz que "tem vários tipos de bicho que dá sinal".

João e Jorgelina moram na Vereda da Cruz, próxima ao Parque Estadual Veredas do Peruaçu. Eles contam que são os passarinhos os bichos que mais ajudam a anunciar as chuvas: "a sabiá e a zabelê começam a cantar, a gente já acredita mesmo que já vai cair chuva, já sabe mesmo que vai chover. Aqui mesmo, quando a sabiá canta, passa dois, três dias, chove. Cai a chuva. A zabelê assobia mais é de noite". E continua listando os pássaros: "tem um grandão, que eles falam – o curió, né? Que é o curiozão, bem pretão. Parece um passo-preto. É bem grande! Ele faz: tchó, tchó, tchó... É o sinal de chuva também! É o sinal de chuva", comenta João. E Jorgelina, sentada junto do marido, completa: "esse aí é o nêgo galego". João então conta que quando a galinha d'água, que vive em seu terreiro e é pequenininha, começa a cantar "com uns três dias a chuva vem".

Além dos cantos dos pássaros, Jau comenta que existem outras espécies de animais que também chamam a chuva: "às vezes, até os próprios animais mesmo, quando eles começam a entrar na água, tá tomando banho, cê sabe também que a chuva tá próxima, né? Tá aproximando chuva eles entram na água, eles mesmos banham por si mesmos. Quando cê vê assim, eles tomando banho por si mesmos, tá chegando a chuva. É. Por eles mesmo, né? Eles entram na água e ficam

tomando banho. Eles deitam na água, se rola. Aí cê sabe que a chuva tá próxima, não tá longe. Mas é o animal mesmo. O cavalo doméstico, né? E outros tipos de bicho também. Tem anta mesmo, elas banham muito, chegam na água no tempo do calor. Às vezes cê vê que elas tão naquele movimento, naquela descida de água, pode saber que a chuva tá próxima”.

João lembra das rãs que “no dizer dos mais velhos, ‘rapam a cuia’, karrap, karrap, karrap, né? É assim que o meu pai falava. Diz que tá perto a chuva. E, de fato, é isso mesmo! Porque cê pode assuntar. Quando é no tempo que vai ter a chuva, que estiver prestes a chover, você vê ela batendo dum lado, em cima da casa, ela fica puxando, puxando, puxando e logo logo chove”.

olhos no céu

Sebastião tem, de seu quintal, a vista de um amplo céu sertanejo. E é também olhando pro alto que ele diz que se pode ver os sinais da chuva que vem. A “Lagoa d’água” é um aro em volta da lua, visível aos olhos, que indica o tempo das águas: “fica ao redor, assim. E quando é na Nova. Se ela vem pendida prum lado, já derramô. E se vim pro outro é que ainda não derramô. Aí, logo logo vem”. Sebastião me explica que quando já derramou é porque já choveu mais longe. “É porque ela pode chover em outro canto e não chove no lugar da gente, né?”

João também comenta sobre a “Lagoa d’água” e da relação da lua e do sol: “é que a lua é o seguinte: ela fica em volta, parece que um círculo, né? Fica aquele circão bem grande nela. Ó, isso aí é sinal de chuva. Quando não é sinal de chuva, é sol. Quando não vem a chuva, vem o sol. Aí o sol monta em cima, não é? O sol bate em cima mesmo. Agora, quando eles falam, quando o sinal é mais escuro, é chuva. Quando ele é bem claro, é sol”.

Jorgelina diz que a gente enxerga bem o aro é na lua cheia. E João dá a explicação: “quando ela tá bem altona, que ela tá empinada aqui, aí você vê o sinal dela, aquela rodona da chuva”.

A natureza tem muita experiência

Edson, filho de João e de Jorgelina, diz que não entende os cantos dos pássaros, se estão chamando chuva ou não. Ele morou 14 anos em São Paulo e retornou

para ter melhor qualidade de vida e poder criar a filha perto da natureza. Mas gosta de ouvir as histórias e tem na memória a presença de seus avós e bisavós. Comenta que o bisavô tinha o dom de marcar o tempo. “Pelo tempo ele marcava assim: na nevoação da semana. Essa semana do mês de junho, ele via uma nevoação diferente, daí nublava tudo assim, ele falava: ‘ó, tal dia do mês chove’. E já jogava pra novembro, dezembro... Ele sabia. É só eles que sabiam mesmo. Meu avô sabia, o bisavô meu. Eles sabiam tudo. Agora a gente mesmo...”. E João completa dizendo: “é o Tatuapu, é índio”, mostrando que a família tem origem no povo indígena da região.

Pergunto aos sertanejos se, mesmo olhando pro céu e não vendo nuvem nenhuma, como os bichos ficam sabendo que a chuva está próxima. A explicação é simples. Jau diz que “eles adivinham muito, a natureza tem muita experiência”.

Ele conta que, além de dar sinal de chuva, tem ave que indica a posição dos temporais e dos ventos mais intensos, como o joão-de-barro ou joaninha-de-barro, que constrói a porta da casa virada para o lado contrário das chuvas fortes, indicando com isso se para o ano as águas serão mais ou menos intensas. “Vamos supor que esteja a boquinha pra um lado que, às vez naquele ano que a chuva vem mais daquela direção, né? Ou se eles viram pra cá é porque a chuva vai vir mais, esse ano, de cá. O formato da chuva com o vento, vai vir mais do lado de cá. Eles viram a boca pro entrar do sol. Eles têm essa experiência com eles”.

Edgar Xakriabá conta que o Pajé Vicente Xakriabá, de sua aldeia, diz que “o campo – a natureza – é movimentado de ciência. Os bichos, as plantas, tudo é movimentado de ciência”.

Uma ciência cada dia menos conhecida das gerações atuais, e quase nunca reconhecida pelas escolas e universidades, mesmo as que recebem alunos advindos do sertão. Mas é inegável que é um recurso para homens e mulheres, oferecendo os sinais de que precisam para serem sustentados em sua relação existencial e misteriosa com sua própria terra. Também é o Pajé Vicente Xakriabá que explica essa relação: “o céu respira a terra”.

quando a chuva não evém

Mas a ciência encontrada na natureza oferece um diálogo constante, em que a imprecisão faz parte dessa dinâmica de observação e relacionamento íntimo entre as pessoas e os demais seres vivos. Que a chuva caia



Fotos: Edgar Xakriabá

Na Terra Indígena Xakriabá, o ritual de caminhar até o cruzeiro e molhá-lo com água, pedindo chuva.

dali a dois, três dias, ou dali a uma semana, quinze dias, não invalida o aviso sonoro do pássaros. Nada é exato, porque é também misterioso.

Ao mesmo tempo, é justamente por observar a natureza em seus sinais que os sertanejos dizem que “as previsões estão tudo ao contrário”, como diz Sérgio, com a visão de quem muito já viu o sertão mudar. Sebastião também comenta a mudança nos ciclos das chuvas: “antigamente era como eu falei. Agora, não tá tendo isso mais. Agora não tem jeito! Chega São Miguel, chega São Francisco, chega Dia de Finados, Todos os Santos, nada de chuva... tem vez que começa em janeiro, tem vez que já em janeiro não chove nada... A gente não fica sabendo nem a previsão certa da gente plantar. Planta só arriscado”.

João diz “mesmo a internet erra também. O cara fala no rádio: ‘ô, vai vir uma temporada de chuva’. Passa aquele tempo de limpo, num chove nada, né? Já os mais velhos dos mais velhos, era profecia que eles falavam. Que eles olhavam no tempo, vamos supor assim, dava que a chuva não tava muito longe, ele olhava, ele via: ‘ô, tal dia vai chover’. Mas

agora não tá mais assim. Pra gente gravar tudo na cabeça é difícil. É difícil porque é tanta coisa! Nossa Senhora! A gente olha no tempo aí, é tanta coisa que parece, que cê pensa que é sinal de chuva e tem vez que não é. Porque agora a gente não tá mais quase nem entendendo, porque os anos estão mudando muito, as coisas vão mudando”.

Mas perguntado sobre como fazer quando a chuva não vem, quando o sol segue inclemente, Sebastião com sua sabedoria sertaneja responde: “a gente reza e pede pra Deus abençoar que venha umas nuvenzinhas pruma chuva e pra chover. É pedir pra Todos os Santos que é o maior”.

“E então a chuva vem?”, pergunto. “É quando Deus quiser mandar, mas que tem certeza, ah, tem! É só firmar com Deus”.

Edgar Xakriabá diz que quando o período da seca se alonga e a chuva não dá sinal, na aldeia acontece a novena, que é uma sequência de dias de caminhada entoando preces. Quem participa carrega cabaças ou vasilhas com água para molhar o cruzeiro localizado onde estão enterrados os antepassados da comunidade. “Eu vou molhar o cru-



Foto: Marcela Bertelli

No quintal de Sebastião está a Vereda da Cruz. A esperança é de que as chuvas a recuperem da longa estiagem.

zeiro com todo coração pra Deus mandar chuva e molhar a plantação”, entoam as vozes. Ele conta que é preciso ter muitas crianças no ritual de caminhar e molhar o cruzeiro, pois é a presença delas que ajuda a fortalecer a tradição e chegar aos ouvidos Daquele que benze o chão com a dádiva das águas. “No final, sempre dá certo de chover”, diz Edgar. As imagens das chuvas que estão no ensaio fotográfico feito por ele para a Manzuá comprovam isso, pois foram feitas logo nos dias seguintes à novena.

O ciclo das chuvas, com suas imprecisões, é também o teste de pertinência da fé. Uma fé incapaz de ser derrubada pelo período de seca que revela a vitória de um Deus que não abandona seus filhos. Esse mesmo Deus é quem – em forma de pássaro, de bicho, de planta, de nuvem e de amorosa paciência – envia os sinais para se viver na espera das águas e para confirmar o mesmo ciclo, quando o chão é, enfim, irrigado pelas bênçãos do céu.

Uma espera que nunca é abandono.

ENQUANTO ISSO EM BH

“C huuuuuuuva. Teve uns lugar aí não sei pra onde, que choveu muito. Diz que choveu muito, matou gente e derrubou poste, derrubou casa. Também, nessas cidades tem até razão, porque os corredorzim tão tudo apertado, qualquer enxurrada enche d’água, né? Não tem pra onde a água espaiá, tem que encher mesmo, e o que topa na frente derruba. Agora, um lugar como esse aqui que a água espalha aí no mundo, nunca enche pra mó de derrubar nada não. Mas essas cidades... eu vejo ali em Belo Horizonte aqueles corredorzim tudo apertado, aquelas casa lá dependurada lá na serra. Cê é doido...”

Sérgio Nunes

* Expressão contida no livro *Grande sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa.

MEMÓRIAS BARRANQUEIRAS

cinema e afeto às margens do velho chico

ISABELLA ATAYDE HENRIQUE

“Coloque o rio São Francisco na frente que ele vai te guiando”. Essas foram as palavras finais trocadas com o produtor, roteirista e diretor Dêniston Diamantino após longa e boa prosa em um fim de noite de domingo. O convite da Revista Manzuá indicava a missão de escrever sobre a importância do acervo audiovisual de Dêniston. Nesse caso, não havia como dissociar a obra de seu criador, cuja trajetória como realizador audiovisual vem se construindo entrelaçada com memórias da infância e a partir de uma relação afetiva com o Velho Chico.

No dia 19 de março de 1961, Dêniston Diamantino chega ao mundo pelas mãos da parteira Dona Luzia, no município de Manga, no final do ciclo da chuva, em meio ao feriado e à procissão de São José. É o segundo de quatro filhos de Dona Zélia Nepomuceno Fernandes e Seu Laurindo Diamantino. Até os 12 anos, viveu de forma nômade, acompanhando a família nas diversas transferências de trabalho do pai para postos fiscais de Januária, Pirapora, São Francisco e Montes Claros. Já rapaz, fez de Brasília seu pouso durante os tempos de graduação em ciências da computação. Atualmente, vive em Pedro Leopoldo, nos arredores da grande Belo Horizonte.

Apesar da escolha pela ciência da computação, o sonho de fazer cinema jamais desapareceu. Assim, em 1986, usou seu primeiro salário para adquirir uma câmera de vídeo, o que lhe garantiu em numerosas ocasiões passe livre para assistir aos jogos do Atlético no Mineirão, pois era confundido com integrantes das equipes de imprensa que cobriam as partidas. Diamantino conta que, desde menino, era encantado com a sétima arte e que em Manga havia um pequeno cinema que ele costumava frequentar, “desses que a gente tem que levar cadeira se quiser sentar”. Foi lá que ele descobriu o mundo em formato de sonho. Contudo, em um dia trágico, o cinema ardeu em labaredas monumentais. À vista daqueles olhos infantis, a cena mais marcante do incêndio foi o povaréu buscando água em latas no rio São Francisco, na esperança de conter as chamas. Até hoje, o cinema nunca foi reformado. Já adolescente, frequentava assiduamente o Cine Januária que já na época era bem mais estruturado que o de Manga, mas, hoje, também encontra-se fechado. Mais tarde, no cinema em Montes Claros, ele coletava fragmentos de filmes quebrados dos grandes carretéis descartados pelo projetor. Nesse período, seu imaginário cinematográfico foi fortemente estimulado pela sua mãe, que lhe ajudou a criar em um quarto da casa o Cine Dêniston, uma espécie de projetor em uma caixa de madeira, onde ele montava e projetava aqueles fragmentos de película despejados no lixo. Coincidência ou não, um dia, seu projetor também sucumbiu ao fogo.

Assim, desde 1986, Dêniston usa seus momentos de folga para registrar a relação das comunidades barranqueiras com o rio São Francisco: a história dos primeiros moradores, dos pescadores, dos remeiros, dos coronéis, dos bandeirantes. A exuberância da natureza, as veredas, os afluentes, os córregos, as lagoas. As culturas do entorno, a pesca, as



Foto: Sílvia Villani
Deniston Diamantino.

plantações de mandioca, milho, feijão, abóbora, batata, melancia e tantos outros alimentos. A época da chuva e da vazante. O reconhecimento de uma relação de afetividade com o Velho Chico, sendo ele pai e mãe que garante a sobrevivência do povo ribeirinho. “As pessoas tomam a benção do Rio, conversam com ele, são apaixonadas por ele”, ressalta Dêniston, sendo o São Francisco tratado como uma pessoa, um ente querido, um parente. É uma questão forte de identidade, o orgulho de ser barranqueiro está diretamente ligado à naturalidade são-franciscana, como Dêniston mostra no documentário *Terras de Januária*, de 2016. Logo, sua obra avança para abordar as questões relativas ao Cerrado, à revitalização do rio e à recuperação da memória do povo barranqueiro. O rio que foi, o rio que é, e a diversidade de paisagens que habitam as memórias de seus moradores.

Atualmente, Diamantino se autointitula um “documentarista cru”, focado em um registro sem muita elaboração estética e interferências, com única intenção de guardar o passado e reconhecer as raízes sertanejas. É uma ideia na cabeça e pé na estrada, a fim de encontrar os personagens de forma inesperada e orgânica. É uma construção sem predefinições, permitindo um mergulho no assunto

de interesse com o comando do acaso. “Transportar a realidade de um lugar, de um momento, de um dia, para um outro local, em um outro tempo, lá no futuro, é fascinante!”, relata. É incontestável a sua preocupação com a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural local, perpetuando histórias, práticas, saberes e celebrações pelas gerações.

Esse profundo desejo de rememorar o passado vem desde a infância. Bastante apegado aos avós paternos e maternos, Dêniston dedicou horas a fio a sentar e prostrar com eles para conhecer suas histórias. Tanto que, em 1986, entrevistou seu avô materno, Seu José Vieira Fernandes, o que lhe serviu de inspiração para a posterior coleta de depoimentos para o documentário *Centenários do São Francisco – memórias de um rio*, de 2017. “O nosso passado é muito rico e de muito sofrimento para ser esquecido”, diz, demonstrando grande compromisso em trazer à tona temas relevantes da história brasileira que sofrem alto risco de ocultação pela poeira do tempo. E, uma vez esquecidos, acabam invisibilizando as lutas e padecimentos dos povos do território.

Assim, alguns documentários tratam de salvaguardar os saberes, modos de vida e tradições locais. *Vila do céu*, de 2002, traz o saber ancestral sertanejo, o misticismo e



Foto: Acervo pessoal Dêniston Diamantino
Os pais de Diamantino na porta da casa em Manga,
onde nasceu o menino apaixonado por cinema.

a conexão invisível e indizível com o universal que reverberam na lida cotidiana, na cultura alimentar, na permanência da vida, no sentido de despertar e de crer. *Sentinela – rituais fúnebres*, de 2003, aborda o embate entre a vida e a morte. O testemunho do evento indecifrável que é morrer, passeando pelas crenças, tradições e louvações. O festejo da tristeza, o estar junto, a demonstração de apreço pelos que se foram e seus familiares. *Anunciação – parteiras do Brasil*, de 2005, conta em versos foliões a chegada de Jesus ao mundo, entre-meando-se com a pulsão concreta do viver em vísceras, o poder do corpo sem qualquer suporte do Estado ou da ciência. Trata também da transmissão oral de conhecimentos e do apoio mútuo entre as mulheres no ato milagroso do nascer.

A religiosidade se faz presente em praticamente toda a produção de Diamantino. Os documentários *Santos Reis*, de 1993, *São João na Roça*, de 1999, e *A vida e a dança de São Gonçalo*, de 2001, são bons exemplos do compartilhamento de temáticas de devoção e fé, as relações entre o sagrado e o profano, as superstições e brincadeiras, peregrinações e procissões, os cortejos e folguedos, as celebrações, cantigas e danças. Os alegres terreiros do sertão em festa, alumados pelas fogueiras e encantamentos.

A preocupação com a perda das tradições culturais caminha com a denúncia da degradação ambiental e da devastação dos biomas. Em *O Futuro a Deus Pertence? e Esperas D'água*, ambos de 2017, bem como em *Aqui jaz – rios mortos*, Diamantino prova como a falta de consciência no cuidado com o meio ambiente interfere diretamente na

alteração do estilo de vida das comunidades ribeirinhas. Já em *Esperas – caçadas e caçadores no interior do Brasil*, de 2019, o diretor acompanhou durante 4 anos caçadores em suas práticas ilegais, denunciando a caçada de tocaia, comumente realizada nos interiores do Brasil. O filme se pretende instrumento para fortalecer a fiscalização e a tomada de medidas preservacionistas da fauna brasileira.

Dêniston conta que constantemente revolve o passado. Atualmente, dedica-se muito a escrever histórias que talvez nem venham a se tornar filmes, lembranças ligadas à escravidão com passagens do seu bisavô e reminiscências ligadas à vida dos tropeiros na época de maior relevância para coronéis e jagunços. “É da nossa raiz que vem a seiva que nos nutre. É da nossa raiz que vem a resina que nos une. Então, se perdermos o nosso passado, nós ficaremos desunidos.”

Dêniston menciona o livro *1984*, escrito por George Orwell em 1948, para aludir à manipulação pública e histórica da sociedade brasileira e ao apagamento de sua memória. Ele resente-se da falta de registros e de arquivos que documentem satisfatoriamente a história das cidades e povoados que margeiam o rio São Francisco no norte mineiro. É invadido por angústias devido ao descaso do poder público e à precariedade das condições sociais, ambientais e culturais do Gerais. Reivindica o reconhecimento do ser geraizeiro, mais do que o ser mineiro, pela inegável importância histórica do Gerais para o estado.

Em 2018, a obra *Remeiros do São Francisco*, de 2015, foi agraciada com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Foto: Dêniston Diamantino
Emídio, remeiro tradicional do rio São Francisco,
um dos entrevistados por Dêniston.





Capas de alguns dos DVDs produzidos por Deniston.

– Iphan. O documentário divulga depoimentos colhidos durante 25 anos que remontam à história da navegação no Velho Chico e à fixação do povo são-franciscano na região. Conta a saga dos remeiros e seu árduo trabalho nas longas travessias entre Januária/MG e Juazeiro/PE, nas coxias das barcas de figura, em uma época em que a estrada era o rio e o combustível era a força e a coragem, cantadas por esses navegadores em diversas toadas às margens do Velho Chico.

A participação no prêmio foi uma grata surpresa, pois Dêniston jamais acreditou que tinha chance de ganhar. A inscrição no edital foi fortemente incentivada por sua sobrinha Karla Maria Diamantino Lamounier, que tomou a iniciativa de preencher os formulários e de compilar os documentos que comprovavam o mérito do projeto. Esse reconhecimento serviu como confirmação de que tem valido a pena a dedicação de décadas ao registro das tradições das comunidades são-franciscanas do norte mineiro.

Apesar do prêmio, Dêniston destaca que são raras as ações de fomento, escassas as fontes de financiamento municipais, estaduais e federais e baixo o estímulo ao desenvolvimento de projetos independentes. Segundo ele, se não fosse, de fato, o amor que sente pelo cinema e pela região, certamente teria sido muito difícil continuar. Ele afirma que usou as leis de incentivo em três ou quatro documentários, o restante da filmografia foi feito com cara, coragem, coração e muita obstinação. Em suas palavras, “paria um filme enquanto estava outro”. E, assim, seu acervo completa 34 anos neste 2020.

Dêniston relembra um fato curioso que o levou a escolher o nome de sua produtora. *Opará, o rio São Francisco* foi o título de seu primeiro documentário. Ele decidiu, então,

usar o nome de sua primeira obra para batizar sua produtora. Opará era uma das formas que o Rio São Francisco era chamado antigamente por grupos indígenas que habitavam as suas margens e significa “grandioso”. Antigamente, Dêniston costumava inscrever alguns filmes em festivais, mas, nos últimos anos, decidiu criar um canal no YouTube e um perfil no Facebook onde divulga a produtora, os documentários, trailers e depoimentos, além de extenso material que não foi aproveitado no corte final dos filmes, mas que tem muito valor enquanto registro e salvaguarda da memória barranqueira.

São décadas produzindo em silêncio, anos de documentação com um acervo de enorme relevância não só para a região, mas para o país. Dêniston Diamantino pode ser considerado um guardião do rio São Francisco, um barranqueiro que, por meio do cinema, assumiu um compromisso socioambiental e educativo de lutar pelo rio vivo. O patamar de degradação está tão alarmante que “apesar do amor que as pessoas sentem pelo rio, isso nem sempre se traduz em cuidado. Ele corre no coração, como o sangue nas veias. Então é preciso transformar o coração em ação. Todo mundo tem que querer salvar o rio”, diz. Nos eventos de que participa, ele sempre reforça a responsabilidade de cuidar do rio e de curá-lo, lembrando o seu valente percurso e apoiando o seguimento do seu curso.

TODO VERSO QUE EU RECITO

RAFAELA CARNEIRO

TEMPO

Vista sua armadura para sonhar
E, quando puder, tire para voar
Como o vento sem pressa a circular
Como o baile das pipas no ar
Como as cores do arco a se formar
Quando a tempestade passar
Vai passar
Não há idade para sentir
O respirar em si
Não há razão para dizer
Que não há você
Dizer não há você
Então...?

CORINDO*

Há um colorido diferente
no sorriso da gente
Quando gargalhamos o amor
É como abraçar-se
e ligeiramente pausar o dia
Arrisco dizer
o mundo tem cor de amor
quando se encontra o colorido
tudo é permitido viver
A única pressa de hoje
é estar na alegria de viver
mais uma pausa do dia

* Corindo é um mineral de muitas cores, nomes e usos. Sua dureza fica atrás apenas do diamante, sendo o segundo mineral mais duro encontrado na natureza. Ele pode se apresentar translúcido, cor mais rara, mas também vermelho e azul. Quando vermelho, é conhecido como rubi, e quando azul, safira. Pode ser usado para fabricar joias, relógios, motores e muito mais.

ÁRVORES DO SERTÃO: BARU

LUÍSA AZEVEDO



A castanha de baru tão apreciada é semente de uma árvore frondosa que cresce principalmente no Cerrado. Por se distribuir por vários estados do Brasil, recebe diferentes nomes de acordo com a região. É fruta-de-macaco, pau-cumbaru, cumarurana, castanha-de-burro, barujo, coco-feijão entre outros tantos apelidos.

Fui conhecer o baru em Sagarana/MG. Ouvi o som do baru antes de vê-lo de fato. Uma senhora em seu quintal cortava o fruto ao meio para a retirada das sementes. Com movimentos precisos, batia um pedaço de madeira maciça contra o fruto sobre uma lâmina afiada e parafusada na bancada. Ouvi, fui puxar prosa, acabei comprando uma garrafa pet cheia das sementes já torradas, que me dariam energia na caminhada. Um montinho eu ainda levaria de volta para a cidade grande. Lembrança que carregaria da vida do ser-tão.

O baru é da família das leguminosas, parente do feijão, da ervilha, da lentilha... Plantas estas que estão comumente presentes em nosso prato, mas que têm origem estrangeira. O baru é diferente. É brasileiríssimo! Nativo daqui. Surgido e criado no Cerrado. O pé de baru tem altura média de 15 metros. O tronco tem casca cor cinza-claro, podendo ser liso ou descamante, com casquinhas menores de formato irregular e reentrâncias de cor creme. Sua madeira de boa qualidade e dureza sustenta casas e compõe as cercas de terras interioranas.

Foto: Kika Antunes. Dona Antônia e Seu Cassu retornam da cata de baru. O pé adulto pode chegar a 15 metros de altura. (Próxima página) Ilustração: Nathália Falagán. O baru no centro da vida da comunidade de Sagarana/MG.





Foto: Kika Antunes

O baru, também conhecido por fruta-de-macaco, pau-cumbaru, cumarurana, castanha-de-burro, barujo e coco-feijão.

A copa da árvore é alongada e dá uma sombra fresca, deliciosa nas tardes quentes do sertão. Embaixo cabe até uma mesinha para sentar com amigos e familiares. As folhas de um verde vivo folha-folhagem, como diria Guimarães Rosa, são compostas, divididas em folhas menores. E, quando caídas no chão, contribuem para o aumento de matéria orgânica e nutrientes do solo, beneficiando a sobrevivência de outras plantas que precisam de mais umidade.

As flores do baru são pequeninas e brancas, dispostas em conjunto. Ficam lado a lado, formando grupos de 200 a 1.000 flores por cacho no alto da árvore. As abelhas realizam a polinização e as flores cedem lugar aos frutos, que são ovóides, levemente achatados e de cor marrom-claro. Quando amadurecem, não mudam de coloração. Então a melhor dica para colher bons frutos é catar do chão! Tanto a polpa quanto a semente são comestíveis e ricas em energia e sais minerais. Seus frutos costumam amadurecer na estação seca, momento em que existe menos comida no Cerrado, o que torna o baru importante alimento para vários bichos – morcegos, roedores, o gado, macacos e, inclusive nós, seres humanos. Dentro do fruto existe uma única semente com casca lisinha e marrom. Da parte mais dura

e fibrosa do fruto é feito carvão para cozinhar quitutes e ferver água pra um cafezinho dos bão.

Além da relevância ecológica e alimentar, trazendo inúmeros benefícios à saúde, o baru também é fonte de renda para muitas famílias. As castanhas, ou sementes, são comercializadas e, devido a sua alta produtividade, facilidade de transporte e armazenamento, ganharam espaço em feiras, deliciosas receitas e até viabilizaram o CineBaru, mostra de filmes no sertão! Entretanto, a castanha do baru não é tão famosa como as castanha-do-pará ou a de caju. Infelizmente, conhecemos muito pouco sobre o baru e ainda não associamos o extrativismo a uma coleta sustentável, em que a gente pense nas pessoas, nos bichos e nas plantas. Todos juntos, frutos da mesma Terra. A fragmentação do Cerrado, a expansão do agronegócio e o corte de baru por interesse madeireiro têm se mostrado fortes ameaças às populações do Cerrado, colocando em risco a sobrevivência dessa planta e das pessoas. Que a semente do baru incentive e germine o cuidado com nossa biodiversidade. Que a gente conserve e tenha cada vez mais carinho pelo Cerrado e pelos povos do Sertão.

AGORA O MUNDO QUER FICAR SEM SERTÃO...

CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO

Quais são os limites de um território quando ele é marcado pela literatura? As geografias coincidem? As histórias ali vividas, seus personagens são reais e necessários para se compreender a importância do lugar? Um livro dá conta de abordar sentidos universais e simbólicos sem perder o chão da realidade do território onde está baseado?

São inúmeras as passagens do mais importante romance de João Guimarães Rosa descritas na paisagem do Parque Nacional Grande Sertão Veredas e em sua região de abrangência. O verdadeiro cenário está lá, imponente, visível, com sua imensidão de águas e buritizais, seus bichos e plantas, o cerrado vistoso que atrai visitantes de todos os lugares.

No entanto, há outras abordagens importantes. Quando nos deparamos com questões existenciais abordadas no romance e, conforme ressaltado por Antônio Cândido, um dos mais importantes críticos literários brasileiros, trata-se de uma obra que tem um caráter metafísico:

Não é uma obra regionalista, pois toca em problemas universais, problemas que atormentam o homem em qualquer parte do universo. Quem sou eu? Quem é você? Deus existe ou não? O diabo existe ou não? O que é o bem? O que é o mal? O culpado é ele ou sou eu? O homem faz o meio ou é fruto do meio? Em *Grande sertão: veredas* a terra não condiciona o homem e o homem não condiciona a luta. Não há relação causal. Os três estão no mesmo plano, tudo está embaralhado. O

Sertão é o lugar onde a vontade do homem se fez mais forte que o poder do lugar. O bonito em *Grande sertão: veredas* é a extrema ambiguidade, é fluido, as coisas são e não são, tem o lado do bem e o lado do mal. Todas as vezes que se faz o mal, sem querer, se faz o bem. Isso é um paradoxo, a ambiguidade máxima.¹

Podemos dizer que, olhando para o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e para os processos de sua criação e implementação, nos deparamos com muitas ambiguidades. O Parque é bom para o conjunto da sociedade? O Parque é importante para o país como um todo ou as demandas locais importam mais? O homem precisa alterar sua paisagem e modificar o ambiente para sua própria sobrevivência? Existem formas harmônicas de relacionar-se com a natureza? A natureza preservada vale mais ou a sua conversão em usos que a transformam em “áreas produtivas” tem mais valor? A luta pelo Parque é legítima? É justa ou injusta? Constatamos que não há apenas uma resposta para cada uma dessas questões. A ambiguidade é grande e faz parte dos imensos desafios que temos em nossa travessia coletiva.

No romance, um dos principais motivos das batalhas que envolvem os bandos de jagunços, ou entre eles e o Estado – representado pela polícia –, tem como pano de fundo a disputa pela apropriação da terra. A criação de um Parque tem como objetivo principal garantir que espaços territoriais e seus componentes sejam especialmente protegidos, ou seja, é a disputa pela terra com a finalidade de manter a integridade dos atributos naturais.

Vencida a etapa da criação, passa-se à etapa da implementação que é, também, uma luta constante. Seja na conscientização da sociedade sobre a importância do Parque, na luta pela regularização fundiária e pelo estabelecimento de

consensos sobre o uso da terra nas áreas que ainda não foram desapropriadas ou nas áreas de entorno que exercem influência direta ou indireta sobre o Parque.

Considerando, ainda, que o Parque é parte de um sistema de áreas protegidas conhecido como Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu, composto por outros parques, áreas de proteção ambiental, reservas em geral, terras indígenas, de quilombolas, territórios onde vivem outras comunidades tradicionais, terras de agricultores familiares, terras de fazendeiros agricultores e pecuaristas, constata-se que as lutas não são fáceis, pelo contrário, são árduas e complexas. Nesse contexto, ressalta-se não apenas a importância da preservação da natureza, mas, também, a importância da valorização das tradições culturais presentes na região. E o romance de Guimarães Rosa está repleto delas. Muitas passagens do romance são a expressão do que acontece na região do Parque e do Mosaico.

No primeiro contato que tive com a equipe de guardas do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, todos pertencentes às comunidades tradicionais da região, fiquei sabendo dos apelidos que tinham e já me vi dentro daquele mesmo Sertão retratado por Guimarães Rosa: Proza, Pão-de-Queijo, Cofocó, Meleta, Boi Véio, Brechó, Delino, Tião e Sancler. Bem ao estilo dos inúmeros personagens, companheiros de Riobaldo Tatarana:

(...) nesse figuravam os cinco urucuianos, e eu, Diadorim, Sesfredo, o Quipes, Joaquim Beiju, Coscorão, Dimas Doido, o Acauã, Mão-de-Lixa, Marruaz, o Credo, Marimbondo, Rasga-em-Baixo, Jiribibe e Jôe Bexiguento, dito Alparcatas(...).²

Interessante é que alguns dos meus novos amigos e colegas de trabalho, antes de se tornarem guardas-parques, disseram que eventualmente praticavam a caça ou apanha de animais, especialmente de psitacídeos (periquitos, papagaios, araras e outros), para ter algum “ganho extra”, ou trabalharam para fazendeiros que, em muitos casos, não tinham muita preocupação com o meio ambiente. Com o trabalho no Parque, passaram a compreendê-lo em um contexto mais amplo, tomando para si mesmos a defesa pela conservação da natureza.

No romance de Rosa, uma passagem importante mostra a conscientização de Riobaldo estimulada por Reinaldo (Diadorim):

Diadorim me pôs o rastro dele para sempre em todas essas quisquilhas da natureza. (...) O rio, objeto assim a gente observou, com uma crôa de areia amarela, e uma praia larga: manházando, ali estava re-cheio em instância de pássaros. *O Reinaldo mesmo chamou minha atenção.* O comum: essas garças, enfileirantes, de

Foto: Kika Antunes
Equipe do Parque Nacional Grande Sertão Veredas no ano de 2019.



toda a brancura; o jaburu; o pato-verde, o pato-preto, topetudo; marrequinhos dançantes; martim-pescador; mergulhão; e até uns urubus, com aquele triste preto que mancha. Mas melhor de todos – conforme o Reinaldo disse – o que é o passarim mais bonito e engraçadinho de rio-abaixo e rio-acima: o que se chama o manuelzinho-da-crôa. (...)“É aquele lá: lindo!” Era o manuelzinho-da-crôa, sempre em casal, indo por cima da areia lisa, eles altas perninhas vermelhas, esteiadas muito atrás traseiras, desempinadinhos, peitudos, escrupulosos catando suas coisinhas para comer alimentação. Machozinho e fêmea – às vezes davam beijos de biquin-quim – a galinholagem deles. – *“É preciso olhar para esses com todo carinho...”* – o Reinaldo disse. *Até aquela ocasião, eu nunca tinha ouvido falar de se parar apreciando, por puro prazer de enfeite, a vida mera deles pássaros, em seu começar e descomeçar dos voos e pouso. Aquilo era para se pegar a espingarda e caçar. Mas o Reinaldo gostava: – “É formoso próprio...” – ele me ensinou.*

Trabalhos junto às comunidades locais são feitos desde a criação do Parque com vistas à sua adequada implementação, seja visando à conscientização sobre a sua importância, seja na definição e implementação de ações que têm como objetivo proteger a sua integridade ou que possam gerar renda de maneira sustentável, ou seja, sem causar impactos ambientais, sociais e culturais. Além de trabalhos mais amenos e prazerosos, como educação ambiental em escolas ou assistência técnica voltada para produção sustentável ou, ainda, apoio a ações de saúde junto às comunidades locais, a exemplo do esforço conjunto do combate à Covid-19, há também a parte mais difícil, na qual trava-se diferentes embates, alguns mais simples, que levam ao estabelecimento de acordos com mais facilidade e outros, mais complexos, com grandes dificuldades de se chegar a consensos, muitas vezes gerando conflitos que redundam em graves desentendimentos, ameaças, sanções e até em ações judiciais. São as batalhas dos tempos atuais no Sertão.

Uma das principais questões refere-se à regularização fundiária. O Estado cria o Parque, mas destina pouquíssimos recursos para a indenização das propriedades e benfeitorias já existentes. Depois de 30 anos de sua criação, apenas cerca de 15% do Parque teve a situação fundiária regularizada. Isso é um fator constante de insatisfação e conflito e se repete na maioria das demais unidades de conservação do Mosaico e no restante do Brasil.

Outra questão refere-se ao que se pode ou se deve fazer no entorno do Parque, nas chamadas zonas de amortecimento, nas áreas que funcionam como corredores ecológicos entre as unidades de conservação do Mosaico, e até mesmo dentro daquelas áreas que permitem a exploração sustentável dos recursos, a exemplo das áreas de proteção ambiental (APAs). Se é difícil haver consenso na forma de uso das áreas que ainda não foram indenizadas no interior do Parque, muito mais difícil é haver consenso sobre o uso das áreas privadas que estão fora dos seus limites e que são fundamentais para que os parques não se tornem “ilhas” de espaços naturais cercados por monocultivos e outros usos, onde é comum haver grandes desmatamentos sem planejamento ou sem as licenças ambientais.

Também acontecem outros tipos de impactos ao Parque e demais áreas protegidas do Mosaico, igualmente preocupantes, tais como a caça e pesca ilegais, o uso inadequado ou excessivo de agrotóxicos, as queimadas descontroladas ou a implantação de barragens em rios, que impedem o livre trânsito de peixes. Embate importante na região do Mosaico aconteceu sobre a tentativa de implantação de várias PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) no rio Carinhanha. Felizmente, após a forte mobilização da sociedade civil, contrária aos projetos, eles não tiveram as suas licenças expedidas.

A contraposição a esses impactos é o estímulo às atividades produtivas consideradas amigas do Parque e do Mosaico, como o turismo sustentável; o aproveitamento sustentável de produtos do Cerrado, como o baru, o pequi, o buriti e outros; a agropecuária orgânica; a busca pela sustentabilidade na produção voltada para o agronegócio; a valorização das tradições culturais do Sertão. Nesse sentido, a obra de Guimarães Rosa torna-se não apenas o registro de uma paisagem e de uma expressão cultural, mas um recurso atual que ajuda a ressignificar a importância do Parque e do Mosaico.

Aí vem o desafio maior: como podemos agir para que a natureza e seus povos tradicionais sejam preservados dos impactos e agressões da ação humana ainda existentes no Cerrado? A Lei 9.985 de 18/07/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, apresenta a visão sistêmica e diversa fundamental para trabalhar a conservação em suas diferentes gradações e respeitando os pilares da sustentabilidade, ou seja, os fatores ambientais, sociais, culturais e econômicos, indo da proteção integral ao uso sustentável. Daí a importância das

diferentes categorias de manejo de unidades de conservação e demais áreas protegidas, os Parques (nacionais, estaduais e municipais), as Áreas de Preservação Ambiental (APAs), as Reservas Biológicas (Rebios), os Refúgios de Vida Silvestre (REVIS), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), as Terras Indígenas, os Territórios Quilombolas e todas as demais formas de proteção e uso sustentável dos recursos naturais.

A potencialidade para o turismo – em especial o turismo ecocultural (que inclui o viés literário) e o turismo de base comunitária – é imensa. As experiências que já acontecem na região só reforçam isso. Além da possibilidade de se estar em lugares citados no romance, como as paisagens naturais, os rios, fazendas, vilas, cidades, o visitante pode ter contato com comunidades tradicionais, seja para um simples bate-papo com seus moradores, seja para apreciar um café do sertão, um almoço da roça com produtos do cerrado, ou até um pouso familiar em lugar de boa apreciação das estrelas, isso tudo sem falar na possibilidade de ter contato com diferentes manifestações artísticas, cuja síntese pode ser observada no Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas que acontece sempre no mês de julho no município da Chapada Gaúcha.

Em trabalho para implantação da Estrada-Parque Guimarães Rosa (a estrada que corta o território do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu margeando o Parque em alguns trechos), feito pela Funatura em 2012, foram levantadas inúmeras localidades descritas no romance que guardam relação com a realidade, como descrições da natureza do Cerrado; o Liso do Sussuarão; o Vão-dos-Buracos; os rios São Francisco, Urucuia, Carinhanha, Piratinga, Quebra-Quinaus, Preto, Ribeirão de Areia, Acari, Pardo, Pandeiros, Peruaçu, Cochá, Catolé, Bois, entre outros; vilas e cidades como Januária, Serra das Araras, Vargem Bonita e São Francisco, a Fazenda Santa Catarina e a região de Antônio Dó.

Tendo essas referências em mente, fiz uma singela seleção de passagens de *Grande sertão: veredas*, que podem ser “encontradas” na região do Parque e do Mosaico (a seleção completa encontra-se no site da Manzuá):

“O senhor estude: o buriti é das margens, ele cai seus cocos na vereda – as águas levam – em beiras, o coquinho as águas mesmas replantam; daí o buritizal, de um

lado e de outro se alinhando, acompanhando, que nem que por um cálculo.”

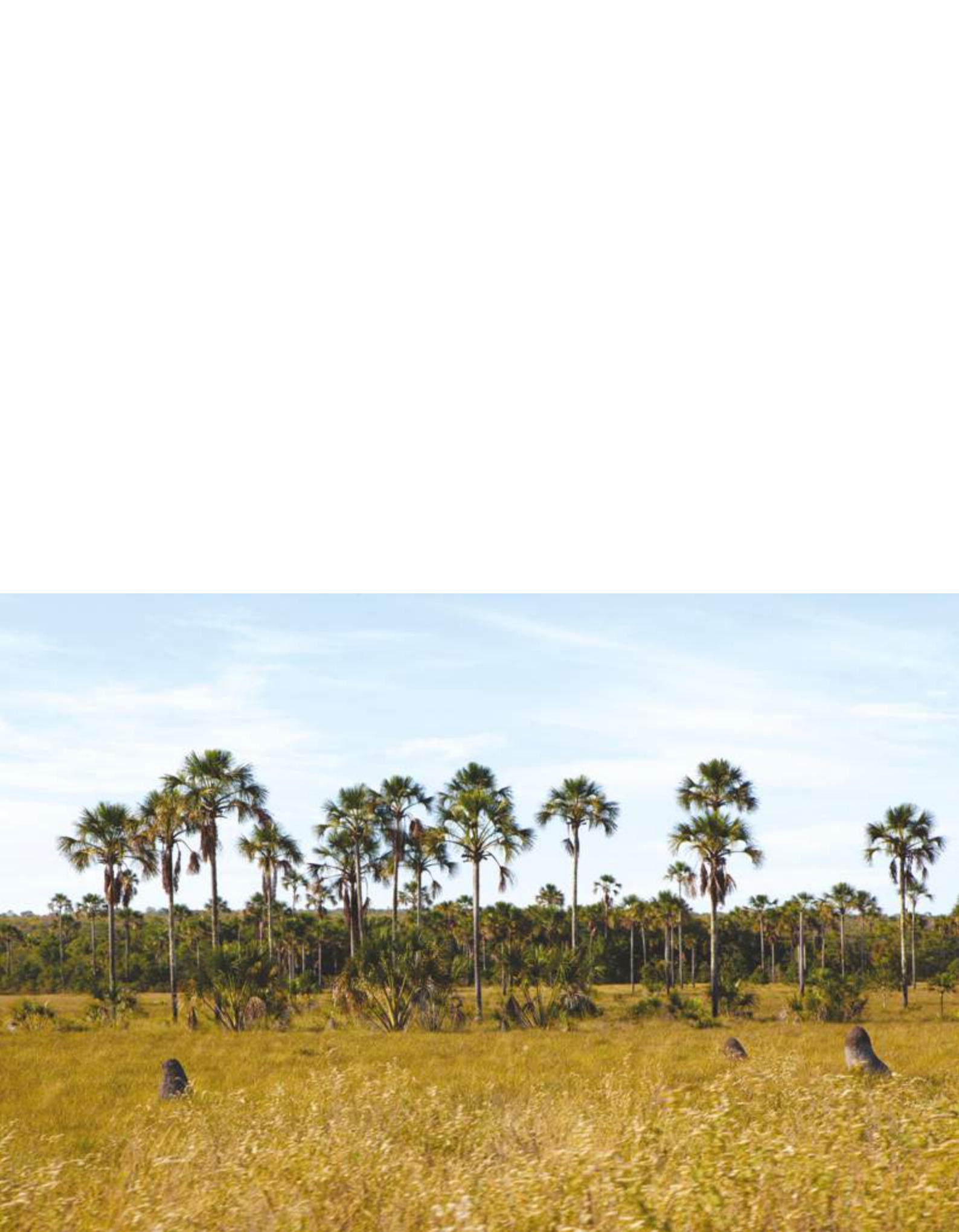
“(…) Viemos pelo Urucuia. *Rio meu, de amor, é o Urucuia.*”

“(…) E a Ana Duzuza me disse, vendendo forte segredo, que Medeiro Vaz ia experimentar passar de banda a banda o *Liso do Sussuarão*. Loucura duma? Para quê? Eu nem acreditei. Eu sabia que estávamos entortando era para a *Serra das Araras* – revinhar aquelas corujeiras nos bravios de ali além, onde tudo quanto era bandido se escondia – lá se podia azo de combinar mais outros varáveis companheiros. Depois, de arte: que o *Liso do Sussuarão* não concedia passagem a gente viva, era o raso pior havente, era um escampo dos infernos. Se é, se? Ah, existe, meu! Eh... Que nem o *Vão do Buraco*? Ah, não isto é coisa diversa – por diante da contravertência do *Preto e do Pardo*... Também onde se forma calor de morte – mas em outras condições... A gente ali rói rampa... Ah, o *Tábuleiro*? Senhor então conhece? Não, esse ocupa é desde a Vereda-da-Vaca-Preta até o *Córrego Catolé*, cá em baixo, e de em desde a nascença do *Peruassú* até o rio *Cochá*, que tira da Várzea da Ema. Depois dos cerradões das mangabeiras...”

As abordagens existenciais e filosóficas feitas por Guimarães Rosa caracterizam a importância universal do romance *Grande sertão: veredas* e a rica relação da obra com o Parque e o Mosaico confere a ambos um grau de importância ímpar para a humanidade e para o planeta. O território do Grande Sertão Veredas é o que podemos chamar de um verdadeiro patrimônio natural e cultural da humanidade.

¹ Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n9YMb6S7VQ>. Acesso em: 01/09/2020.

² Todas as citações de Guimarães Rosa foram extraídas de *Grande sertão: veredas*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2001. 19ª edição.



...SE UM DIA ISSO ACONTECER, O MUNDO ACABA

NURIT BENSUSAN

Era 1988 e eu tinha vinte e poucos anos. O ano da nova Constituição Federal, a “constituição cidadã”. Uma conquista. Mas, do alto da minha juventude, parecia apenas um passo à frente do que se assemelhava a um processo de redemocratização do país. Sonhávamos e, para mim, os sonhos tinham formas e contornos. Começavam por Brasília, cidade que me constituiu, passavam pela Universidade de Brasília, onde o mundo se abriu para mim, e desaguavam no Cerrado, uma paisagem de surpresas sem fim, das plantas às comunidades, das cachoeiras às chapadas. Tudo era novo, tudo era possibilidade, o infinito se descortinava...

Para dar concretude a esse suposto infinito, havia na UnB projetos de mapeamento da biodiversidade do Cerrado. Talvez uma tentativa de mostrar que mesmo o infinito pudesse ter um fim ou talvez de comprovar que essa savana, com a maior diversidade de árvores do mundo, tinha imenso valor. Certo é que partíamos para lá encarapitados em caminhonetes, com mapas de papel, fichas telefônicas, botas e perneiras, sentindo-nos um pouco Riobaldo, um pouco Barão de Langsdorff¹ e – por que não reconhecer? – um pouco Indiana Jones². Se por um lado recusávamos já aquela visão colonial de uma terra a ser desbravada, ha-

via um sentimento excitante de conhecer o que era para a maioria – e assim permanece – absolutamente desconhecido. Não era só a paisagem do Cerrado, não eram apenas as serras e chapadas, não eram somente as espécies de plantas, as estradas de terra e os rios, era uma outra forma de estar no mundo, um outro jeito de viver, com o qual nos defrontávamos todos os dias, encontrando pessoas que tinham o Sertão entranhado na alma.

Um dos objetivos dessas viagens, como se elas precisassem ter algum objetivo que não fosse apenas nos levar a esses outros mundos, era identificar lugares para a criação de novas unidades de conservação. Entre essas unidades, que foram criadas depois, fruto também de outros estudos, está o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Vale dizer que o estabelecimento de parques no Brasil sempre me produz uma certa angústia. Se, por um lado, ninguém mais duvida de que essas áreas protegem a vegetação da sanha predatória da nossa própria espécie, por outro, os parques seguem um modelo que eu chamaria de “alucinação negativa”³. Insistem em ignorar as comunidades humanas que são parte do ambiente e que muitas vezes são decisivas para a manutenção da biodiversidade. Negam a essência da paisagem: a mistura inseparável de natureza e cultura.

Assim, no momento em que o Parque Nacional Grande Sertão Veredas foi criado, eu temi. Temi que as comunidades que viviam em seu perímetro fossem retiradas de lá, temi que essa retirada fosse por demais traumática, que não respeitasse nem a delicadeza, nem a dureza dos que ali viviam. Temi que o nome do Parque, Grande Sertão Veredas,

manchasse de tristeza e até mesmo de sangue esse que é o livro dos livros para os do Sertão, para os do Cerrado e para os que têm alma. Parte dos temores se justificaram... mas ainda bem que boa parte, não. Junto com as outras unidades criadas logo depois, uma área significativa de Cerrado se mantém preservada no que se chama hoje Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu.

No entorno do Mosaico, porém, a vida seguiu outros cursos. As monoculturas se espalharam, a pecuária se expandiu, os rios foram barrados, enfim, o mundo seguiu seu torto caminho, atropelando quem pensa diferente, ignorando quem alerta sobre os riscos e transpirando a arrogância dos que não têm dúvidas. Se ambientes globalmente valorizados perecem rapidamente sob o tacão dos senhores da morte, biomas como o Cerrado, cuja beleza é contida e o acesso é fácil, são alvo prioritário da exploração e da destruição, sem que se levantem vozes para protestar. Assim, o Mosaico, cada vez mais insular, fica, todo os dias, um pouco mais ameaçado. Ameaçado pelas atividades do entorno, mas também ameaçado por simbolizar uma outra possibilidade que deve ser negada, ignorada e rejeitada pelos donos do poder, para que não reste nada senão aceitar as migalhas que eles têm a oferecer.

Em um país com uma floresta como a Amazônica, uma planície úmida gigantesca como o Pantanal e a mata que

esconde os segredos do Brasil primevo, a Mata Atlântica, são poucos os que entendem e valorizam o Cerrado. O desmatamento na Amazônia mobiliza o mundo, enquanto a destruição do Cerrado não move, nem comove, corações e mentes.

Ainda assim, o tempo passou e parte das comunidades que vivem no Cerrado e algumas das áreas de proteção ganharam algum destaque. Foram estabelecidas políticas públicas, que apesar de estarem distantes de serem perfeitas, contribuíram para o bem-estar dos povos e comunidades dos sertões e das veredas. O caminho que a minha juventude viu se delinear parecia, ainda que com muitos percalços, seguir. Mas, assim é a vida... ela “esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. E, assim, o sendeiro que já não parecia muito sossegado, agora se desinquietou completamente.

Duas vertentes de desassossego se abateram sobre nós. A primeira é um governo que eleva à “alucinação negativa” a política de estado. Não governa para todos, mas apenas para aqueles que pensam como ele e logo existem. Os outros fazem parte do que Ailton Krenak chama de sub-humanidade. Originalmente, tratava-se daqueles que viviam nas bordas do mundo, como povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais. No Brasil do governo atual, porém, esse conceito pode ser expandido para abarcar

Foto: Marcela Bertelli

Jau é guia no Parque Nacional Grande Sertão Veredas e mostra a paisagem das chapadas a um grupo de turistas





todos que, ao não seguirem cegamente os desmandos do governante, não são mais considerados humanos e podem morrer sem que sequer tenham direito ao luto.

Comunidades locais, povos indígenas, moradores das periferias das cidades, entre muitos outros, têm sido alvo da retirada de direitos. Conquistas que pareciam consolidadas se esboroam como torrões de terra úmida. Garantias duramente adquiridas de manutenção de modos de vida e de territórios estão em xeque. Nesse cenário, o sertão, suas veredas e seus povos estão, por um lado, no olho do furacão e, por outro, a milhões de quilômetros de distância das preocupações do governo brasileiro que só enxerga, neste momento, bois, soja, garimpo e cloroquina.

A outra vertente que nos desassossega é a pandemia causada pelo coronavírus. Viver um tempo assim, com as limitações que o perigo de contágio da doença traz, é duro e desafiador. Requer coragem e paz de espírito. Artigos, ambos, em falta nos mercados da humanidade. Pior ainda é refletir sobre as origens da pandemia e entender que parece que nada vai se transformar realmente, mudanças serão feitas para que tudo permaneça como sempre foi.

A pandemia da Covid-19 não é um acaso ou um tremendo azar. Ela é resultado da forma com que lidamos com a natureza. E essa forma tem sido bastante predatória, especialmente nos últimos 100 anos. Há alguns meses se sabe que o coronavírus se originou nos morcegos e conseguiu passar a infectar os humanos. Agora também se sabe que esse vírus estava nos morcegos, pronto para infectar humanos, há pelo menos 40 anos. Como isso não aconteceu antes? São o desmatamento e a modificação dos ambientes que acabaram por criar a oportunidade para o vírus. Quando os lugares onde os morcegos vivem são destruídos, eles passam a viver em outros locais e passam também a encontrar morcegos de outras espécies, com seus vírus, e também outros animais, inclusive seres humanos. Esses sucessivos encontros, que antes não se davam, permitem que o vírus salte de uma espécie para outra, causando novas doenças. Pouco adianta, porém, saber de tudo isso se a nossa forma predatória de usar a natureza seguir a mesma.

É nesse ponto que as comunidades locais se fazem tão essenciais, sendo fundamental que nos livremos dessa arrogância que nos faz acreditar que não somos mais parte da natureza e que não dependemos dela. Vislumbrar outras formas de estar no mundo e revisitar o nosso jeito de viver, talvez, seja o único caminho para a humanidade.

Mas como trilhar esse caminho? Longe da natureza, mergulhados nas cidades, passamos a acreditar que só há um jeito “certo” de viver. O Grande Sertão está tão próximo de Brasília e, ao mesmo tempo, tão distante. Os quilômetros se traduzem numa visão colonialista que acredita que o desenvolvimento tecnológico é a única régua que mede o valor dos povos. Mesmo diante de um evento tão dramático como uma pandemia global, a maior parte das pessoas aposta em soluções pontuais – vacinas, tratamentos e testes – e não em questionamentos mais profundos sobre nossos modos de vida e conseqüentemente em um movimento de transformação das maneiras com que lidamos com a natureza.

A imensa falta de responsabilidade dos destruidores do Cerrado, aliada à indiferença também irresponsável dos que pouco se preocupam com o destino do Sertão, de suas veredas e de suas gentes – agravada sobremaneira por uma narrativa alimentada pelo atual governo de que nada disso tem valor –, dá a medida da impossibilidade desse futuro no qual depositamos nossas esperanças.

O Grande Sertão, porém, em sua mistura de natureza e cultura, poderia e deveria engolir Brasília, com seus prédios modernistas e com suas largas avenidas. As veredas deveriam alargar os viadutos e fazer submergir os palácios. Não são os limites do Parque, das Áreas de Proteção Ambiental, ou mesmo do Mosaico que deveriam conter essa imensidão. Saber, eu não sei, mas desconfio que a derradeira possibilidade é sertanizar a capital.

¹ O Barão de Langsdorff foi um naturalista explorador russo que esteve no Brasil inúmeras vezes no começo do século XIX e descreveu em seus diários nossas paisagens, inclusive o Cerrado.

² Indiana Jones é um personagem de cinema que ficou muito famoso na década de 1980. Ele vivia aventuras incríveis, buscando desvendar mistérios da história em lugares remotos.

³ Essa é uma ideia originalmente de Edward Said usada para mostrar como o opressor insiste em ignorar sistematicamente a existência do outro, a quem ele quer negar não apenas a humanidade, mas a própria existência.

Foto: Marcela Bertelli
A cachoeira do Mato Grande é um dos atrativos do parque.

DIZ: TEMPO DO QUETAÍ

JOSÉ DE SOUSA XAKRIABÁ
São João das Missões/MG

E aí, eles falava assim na história do tempo: a gente vai passar por uma época que vem uma crise por nome de Quetaí. Quando chegar esse tempo, pra onde irá? Cada um ficará onde estiver. Porque qualquer canto do mundo é do mesmo jeito a situação. Então, chamava assim. Aqui, eles chamava Quetaí. Parece que é essa que nós tamo vivendo agora. Será que tá certo?

JACINTO PEREIRA DE SOUZA
Comunidade Estiva, Chapada Gaúcha/MG

Essa é a história que o meu avô contava. Porque ele contava, assim, nas fogueiras de São João, a gente naquelas beiras pra fazer fogueira, que a gente era moleque, ele falava que vinha um tempo que o pessoal ia virar formiga; uns indo, outros voltando. Então, a gente ficava meio preocupado com isso. Ele explicava que o pessoal vendia suas terras, uns iam embora, outros voltavam pra aqueles lugares. Não sossegavam. Aí, diz que vinha um tempo do Quetaí onde que a pessoa tivesse, ficava, né? O Quetaí, a gente ficava impressionado, só que eu não me lembro mais como era a explicação dele sobre o Quetaí, porque era, porque não, que o povo tinha que parar. E hoje a gente tá vendo a história do Quetaí, que chegou porque essa tal de pandemia, essa doença, parou o mundo inteiro. Os filhos que tão fora não podem ir visitar os pais e os pais não podem visitar os filho. Então, onde a pessoa tá, ficou, né? Tá parado. Então hoje ocorre o sentido dessa história que meu avô contava. E ele disse também que vinha um tempo que o mundo tomava conta de cerca de espinho... já passou também, porque o povo cercou o mundo inteiro de cerca de arame farpado. Essas firmas que chegaram também, barrou muito, cercou muita terra. Então, hoje, onde é que o pessoal tá, tem que tá parado. Hoje ninguém tá saindo mais, né? Chegou o tempo de Quetaí mesmo!

ELOMAR FIGUEIRA MELLO

Vitória da Conquista/BA



Foto: Mariana Cabral

O Quetaí é uma expressão usada muito pelos catingueiros do século passado pra trás. Que nesse século, os catingueiros de hoje estão tudo civilizado e tudo falando inglês, né. Pois bem, eu ouvia quando era menino, já grande, até eu moço, aquelas velhas catingueiras macróbias, por exemplo, a vó de Zé Cândido. Ela contava que os mais velhos, mais antigos dizia que “havéra” de chegar um tempo... – são velhas profetisas, né? Profetas, sobretudo as mulheres – “havéra” de chegar um tempo de todo mundo quetar onde está. Ia ser tão difícil a vida, que você, era melhor você ficar onde você está do que deslocar pra outro lugar procurando melhoria. Porque você ia encontrar “pioría” em vez de melhoria. Então, essa expressão, ia chegar o “Tempo do Quetaí”, quer dizer: fica quieto aí! Hoje, com essa zorra desse vírus, essa peste, seria o seguinte: uma espécie de “fique em casa”, numa tradução bem ruim, bem moderna. Que tudo que é moderno é feio, é ruim. A versão do Quetaí é o “Fica em Casa”, que tá em toda média aí de televisão, de rádio, de boca em boca. Isso vem do século XVII – final do século XVI para o século XVII; assim que o Sertão foi povoado é que eu tenho notícia das primeiras profetisas catingueiras. Quer dizer, é justamente um contraponto de outra profecia, que os antigos diziam que o Sertão “haverá” um dia de ser todo cruzado de caminho, de estrada pra passar os cavalo de ferro. Olha que coisa mais linda, né? Isso lá pelo século XVII, começo do século XVII. Que ia ser cruzado de caminho pra passar os cavalos de ferro. O que? O trem, automóvel, moto etc. Isso aí foi o que eu aprendi desde menino.

MULHERES DE LINHAS

MARIA FERNANDA MIRANDA

*Minhas amigas fiadeira
Começou a cantoria
Vamos todas desafiar
Até o final do dia*

Neste sertão de Cerrado, morada de berço d'água, árvores tortas e medicinais, existe um mundo próprio criado pela coletividade das mãos de muitas mulheres. Um mundo de várias, num mundo de linhas. *Mulheres de linhas*. Um tissume de narrativas femininas sertanejas alinhavadas por cantorias, prosas, risadas e pelas sonoridades da roda, do tear, da carda, do escaroçador, da água para o tingimento, do algodão tirado do pé... Criando, assim, um modo de (re)existirem como mulheres sertanejas.

Nesse emaranhado, o desejo de criar pelas mãos, pois viram em suas linhas uma vida grande por demais, em uma sensibilidade que lhes é própria. Suas mãos estão sempre prontas para criar. Na alegria de ver o algodão se transformando na roda, na satisfação em ver o tecido se desenhando no tear, no colorido do olhar ao caminhar entre plantas do Cerrado e ver o tingimento se dispor para as linhas. E como criaram e criam!

Fiadeira é a que cria linha na roda. Linhas pra tecê. As que repassa as linhas fiadas a gente chama de tecedera. A gente faz colcha, manta no tear.

Vejo no Cerrado o colorido para tingir as linhas. Bordadeira traz um colorido pros tecido. Desenha o Cerrado nos tecido também.

Com a mesma habilidade com que manipulam suas linhas fiadas, urdidas e tecidas, elas criaram seus mutirões, no encontro com outras comadres, mães, avós, meninas. A criação retorce a condição do trabalho doméstico feminino, o "ser prendado", reinventando em um novo pedaço de pano o seu corpo de linhas. Enquanto isso, uma grande quantidade de tecidos, linhas e peças ganham forma, suprindo a necessidade da família e da comunidade.

Diante de toda essa expressividade, não é de se estranhar que no Brasil Colônia houvesse um alvará ditado por Portugal que proibia a fiação, tecelagem e o bordado em Minas Gerais. Isso porque tais atividades estavam provocando uma independência brasileira das importações de tecido da Inglaterra, de quem Portugal dependia militarmente para sua proteção. As criações das mulheres mineiras eram algo grande demais para uma colônia, criando uma situação crítica para a metrópole.*

O que Portugal, Inglaterra e os governantes das capitânicas não sabiam é que o mundo das linhas se reinventa por meio das mãos habilidosas de fiadeiras, tecelãs, tingideiras e bordadeiras, sendo assim impossível de ser extinto. Vivendo em meio à clandestinidade, essas mulheres fizeram surgir linhas e criações manuais de lugares não imaginados. Hoje podemos ver nas rodas sertão adentro uma linha que liga e religa essa vida feita à mão, numa capacidade de superação que não as paralisa em situações extremas ou agudas.

*Fia fiadeira
Quero ver você fiar
Fia lá que eu Fio cá
Quero ver você fiar*

Nesse tissume de histórias, a ludicidade tem seu espaço. Não só porque as crianças estão sempre às voltas – ora bordando, descaroçando e cardando o algodão e enrolando novelo, ora bagunçando a organização das linhas – mas também porque no encontro dessas mulheres a vida se expressa também na forma de brincadeiras. Sejam jovens, meninas ou mulheres bem velhas, elas desmancham o bordado de uma; lançam verso de improviso para a lentidão da cardeira; trocam o repasso da que está



Foto: Mariana Cabral
Maria Barbosa é fiandeira e aprendeu o
ofício com a mãe, Dona Conceição, falecida em 2018.

tecendo. Inventam histórias para a que sempre acredita em tudo que se fala ou para a que gosta mais de uma foca. Nesse clima, a vida se tece com graça.

Independente da idade, nesse reduto feminino, as mulheres compartilham “coisas da vida, ué”. E assim elas riem. As risadas aos poucos tornam-se gargalhadas que balançam os seios, mostram os dentes e soltam o corpo. Seus corpos. “Mostremos o que temos antes que murchemos”. Um tipo de conversa que não se tem na frente dos homens. Não que o homem não seja bem-vindo nos encontros de criação das linhas ou que sua presença não seja importante na vida dessas mulheres. Mas na lida coletiva da tecelagem elas criam oportunidades de estar entre mulheres, na cumplicidade de poder compartilhar suas histórias. Não por acaso, muitas delas gostam da cor vermelha. “O sertão é colorido” – diz uma delas – “e eu adoro um vermelho cabaré”. E lá vem de novo a risada.

*As panelas lá de casa
Estão fervendo numa lida
Uma de boca pra baixo
Outra de boca pra riba*

No tempo e espaço da fiação, como traz a querida amiga Dinalva Ribeiro em seu filme *Conversa Fiada*, essas mulheres sábias lapidam seus conhecimentos, suas práticas sobre as ervas, os medicamentos, as hortas, os alimentos, o cuidar das filhas e dos filhos, as paixões. E mais ainda, no encontro, tecem suas reflexões sobre seus corpos, seus ciclos, seus partos, os cuidados de si e das companheiras, transformando o trabalho em potência afetiva e criativa.

E, assim, essas mulheres das linhas continuam criando e reinventando esse saber tradicional tanto no meio rural quanto nas cidades. Encontrá-las hoje, atualizando sua tradição em associações de artesanato ou em suas casas, para seu próprio uso ou comércio caseiro, é nos propor a fiar, tecer, tingir e bordar um “entre” no passado e presente. Um encontro com a tecedura local, povoada de movimentos, gestos, cantorias, afetos, histórias e paisagens.

*Lá no pé daquela serra
Está formando cachoeira
Tem tapete de algodão
Lembrança de fiadeira*

Ao sair do espaço do tissume, essas mulheres fiadeiras, tecelãs, tingideiras, encontram-se novamente com a trama complexa de suas existências como mulheres sertanejas. Mas *confiar* na coletividade das linhas feitas à mão amortece essa experiência. E aqui são muitas que escrevem. Conceição, Marieta, Ladyjane, Lita, Neide, Gercina, Raimunda, Inhana, Lindalva, Nair, Maria Barbosa, Ana, Fátima, Eva, Evangelina, Glória, Celenita, Lena, Lauzina, Lázara, Simone, Ledina, Maria Braga, Marta, Maria, Geralda, Cirila, Petronilia, Nora, Solange, Virgínia, Rosa, Judite, Arcanja, Rosenilda, Isidoria, Paulina... Um mundo de várias, um mundo de linhas.

* RIBEIRO, Dinalva; ZANOTTI, Diego. *Conversa fiada, urdida, tingida e tecida*. UFG/Unicamp. (30min) 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3Ia1sC8a29I>>.

Quando o sertão das linhas vira videodança

Percorrendo o fio de uma canção escutada lá adiante, saí em busca de fazer uma dança cantar. As vozes femininas dos cantos de festejo de fiação e folia de reis me levaram a conhecer suas mulheres fiadeiras, tecelãs, tingideiras e bordadeiras. E ali, tão logo, uma dança seria criada a partir do contato com essas cantigas. Com pés de caminhante, fui me vestindo de veredas e voos de araras vermelhas em tecedura fiada pelas mãos das mulheres de linhas de Sagarana, de Uruana de Minas, de Riachinho, de Natalândia, de Bonfinópolis, de Serra das Araras, de Ribeirão de Areia. E a cada canto apreendido no corpo apreendi também as histórias, os saberes e os fazeres característicos do universo feminino cerradoense. Cantando e contando suas histórias entre o cotidiano da casa, os afazeres junto à terra e os festejos de mutirão e de folia de reis, essas mulheres tecem linhas e vidas numa relação imbricada com a paisagem, onde o outro é também a paisagem, os bichos, o vento, o sol, a chuva... a linha, o tecido, a agulha, a roda, o tear... Assim nasce a videodança *Mulheres de Linhas*.

Assista à videodança:
https://youtu.be/XnLA3-x_Mnk



Fotos: Diego Zanotti
Trechos da videodança Mulheres de Linhas.



QUEM ESCREVE



CAROL ABREU

Jornalista, educadora e percussionista da banda *Djalma não entende de política*.



CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO

Engenheiro Florestal. Ex-Superintendente Executivo da Fundação Pró-Natureza - Funatura.



DAMIANA CAMPOS

Editora executiva da Manzuá, ativista quântica e terapeuta. É membro fundadora do Rosa e Sertão, colaboradora do CineBaru, membro do Grupo Diadorina de música e narração de histórias.



EDGAR KANAYKÔ

Indígena do Povo Xakriabá. É pesquisador, etnofotógrafo e mestre em Antropologia pela UFMG.



ELOMAR FIGUEIRA MELLO

Músico, compositor, violonista e cantor brasileiro.



ISABELLA ATAYDE HENRIQUE

Relações públicas e produtora cultural. Poeta, fotógrafa, viajera, tradutora, revisora, sambista, brincante, angoleira. Curadora e produtora do CineBaru.



JACINTO PEREIRA DE SOUZA (JAU)

Morador da Estiva, guia do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.



JOEL SIRQUEIRA

Coordenador de trabalhos com extrativismo e agricultura familiar e professor no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.



JOSÉ DE SOUSA XAKRIABÁ

Indígena do Povo Xakriabá. Um dos mais velhos da aldeia, rezador, folião de Reis e jogador de Lôas (versos) da Terra Indígena Xakriabá.



JULIO ABREU

Designer gráfico. Publicou o livro de poemas *Jogo das horas* (2015) e o fotolivro *Dentro da faixa* (2017).



LEONORA WEISSMANN

Artista plástica, cantora e compositora.



LUCIANA PATRÍCIA DE MORAIS

Cientista social e historiadora. Pesquisadora do tema comida e identidade e produtora cultural em projetos de impacto social.



LUÍSA AZEVEDO

Bióloga, botânica, artista e pesquisadora das plantas que crescem sobre os *inselbergs*.



LUÍZA DULCI

Economista e socióloga. Integra o Coletivo Agrário Nacional do PT.



MARCELA BERTELLI

Antropóloga, produtora cultural, cantora, editora da Manzuá e diretora da Lira Cultura.



MARIA FERNANDA

Artista, pesquisadora da dança, mãe, ativista pelo Cerrado e pelos saberes das mulheres e das crianças cerratenses.



MÔNICA MEYER

Bióloga, professora aposentada da UFMG, escritora e estudiosa da natureza em João Guimarães Rosa.



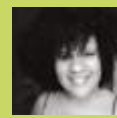
NATHÁLIA FALAGÁN

Desenhista e ilustradora, amante das artes e da natureza. Além da arte, tem se dedicado ao estudo da permacultura.



NURIT BENSUSAN

Bióloga, escritora, atua como ecóloga e coordenadora do tema Biodiversidade do ISA Instituto Socioambiental.



RAFAELA CARNEIRO ARAÚJO

Musicista, compositora e poeta.



RAIANE PEREIRA MÜLLER

Produtora rural e estudante.

EXPEDIENTE

EDITADA POR

Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertão
Lira Cultura
Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Carol Abreu
Damiana Campos
Marcela Bertelli

ASSISTÊNCIA EDITORIAL

Luciana Patrícia de Moraes

PROJETO GRÁFICO

Júlio Abreu + Leonora Weissmann/
Jiló Design

REVISÃO

Maria Clara Xavier

FOTOS

Acervo Cáritas Diocesana de Januária
Breno Lima
Dêniston Diamantino
Diego Zanotti
Edgar Xakriabá
Jéssica Campos
Joel Sirqueira
Kika Antunes
Marcela Bertelli
Maria Ribeiro
Sarah Gehren

CAPA

Maria Ribeiro (primeira capa)
Kika Antunes (segunda e terceira capas)

NÚMERO 3

Outubro/2020
Tiragem: 3.000 exemplares

ISSN

2525-6734

AGRADECIMENTOS

(Pelo pouso, alimento, apoio, transporte, palavras, olhares, caminhos e alegrias)
Antônia Teixeira de Jesus
Argemiro Graciano de Jesus
Cassiano Pereira de Jesus (Cassu)
Centro de Agricultura Alternativa – CAA
Centro de Artesanato de Januária
Claudiana Agostinho
Conselho do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu
Cooperativa Agroextrativistas de Pandeiros
Cooperativa Sertão Veredas
CooPeruaçu
Cozinha Comunitária Sertaneja de Olhos d'Água/Peruaçu
Daiana Campos
Débora Takaki
Diana Campos
Ernane Farias
Escritório Regional Noroeste e Alto Paranaíba Sebrae - MG
Hermínia Pereira de Souza
Instituto Chico Mendes - ICMBio
Instituto Estadual de Florestas - IEF
Isidória Fagundes Tosta
Jacinto Pereira de Souza (Jau)
Joel Araújo Sirqueira
Jose Elias Pereira Lopes
Juscelio Gonçalves Queiroz
Luciano Dayreel
Marcos Geraldo Alves da Silva
Maria de Souza Luz
Maria Lucia Agostinho
Maria Lúcia Ribeiro
Marilene Teixeira de Jesus
Parque Nacional Grande Sertão Veredas
Pousada Recanto das Pedras
Raiane Pereira Müller
Rosely Maria Vaz
RPPN Porto Cajueiro
Tereza Pereira de Souza
Vicente Gonçalves
Wilson Miguel

INSTITUTO CULTURAL E AMBIENTAL ROSA E SERTÃO

Vera Lucia Farias Almeida
PRESIDENTA

Vera Lucia Ribeiro
VICE-PRESIDENTA

Marilene Pereira Lima
2ª VICE-PRESIDENTA

Daiana de Sousa Campos
COORDENAÇÃO EXECUTIVA

PARCEIROS

Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu
WWF-Brasil
Sebrae
Instituto Çarè
BDMG Cultural
Governo de Minas Gerais



Rua Ver. Teixeira de Azevedo, 97 / 302
31.170-140 – Cidade Nova
Belo Horizonte/MG
+55 31 3224 6700
contato@liracultura.com.br

AGRADECEMOS A TODOS OS PARCEIROS E APOIADORES DA CAMPANHA NUTRE SERTÃO VEREDAS que possibilitaram a distribuição de cerca de 1.050 cestas de alimentos, materiais de limpeza e segurança sanitária, além de materiais de artes para crianças em 40 comunidades localizadas no território do Grande Sertão Veredas. Cada pessoa, ou instituição, que doou seus esforços humanos, físicos e financeiros foi fundamental para que o Instituto Rosa e Sertão e a Manzuá pudessem organizar e executar a campanha, visando responder às demandas emergenciais – decorrentes da pandemia da Covid-19 – de alimento e renda dos produtores rurais.

Admilza Amorim, Alison Kay, Aly Matão, Amanda Severo, Ambrosina, Ana do Rosário, Ana Paula Biason, Ana Paula Gelli, Andréia Lopes, Anézia Gois, Angelica Silva, Antonio, Augusto Kluczkovski, Celsa Vieira, Cordeiro, Antonio da Fonseca Junior, Antônio Pereira, Antônio Roberto Almeida, Beatriz Bracher, Betânia Fichino, Bruna Marques, Bruno Falabella, Caliane Oliveira, Camila Medeiros, Camila Almeida, Canário, Carlos Augusto Magalhães, Carolina Cunha, Cecília Barreto, Cesar do Espírito Santo, Clara Nogueira, Clara Garcia, Clarinda dos Santos, Cristina Borges, Daiana Campos, Damiana Campos, Daniel Cordeiro, Daniel Magalhães, Diana Campos, Donato dos Anjos, Donizete dos Bois, Edmar Farias, Elena Ventimiglia, Eliane Rocha, Elisa Borges, Elisa Bracher, Eloá Gabriele Noetzold, Elson Barbosa, Ernane Souza, Fabíola Silva, Fernanda de Sousa, Flávia Garcia, Francisco Pascoal, Gabriel Túlio de Oliveira, Gabriela Mendes, Gabriela Moulin, Gabriella Radoll, Geniany Rocha, Gilberto Pereira, Henrique Zatti, Isaias Bispo, Jane Alves, Janine Moraes, João Coura, Jocelaine Santos, José Ricardo Mazatto, João Pereira, José Albergues, Jose Batista Bispo, José Neris, José Wilson Correia Juçara Marçal, Julçanei Guimarães, Julia Dávila, Julsion Gonçalves, Junia Aparecida Barbosa, Justino Carneiro, Karen Antunes, Karla Mello, Kika Antunes, Ladyjane Macedo, Laura Condessa, Leonor de Queiroz, Leonora Weissmann, Letícia Bertelli, Levina Vieira, Lindaura Gonçalves, Lili Fialho, Lourenço Silva, Lucas Emanuel, Lúcia Ribeiro, Lucimar, Luiz Eduardo, Manoel Ferreira, Marcela Bertelli, Marcelo Funari, Marciana Lopes, Marcos Mathews, Maria Aparecida Nogueira, Maria Cecilia Marks, Maria Clara Ramos, Maria das Graças, Maria do Carmo Souza, Maria Fernanda, Maria Gomes, Maria Helena Almeida, Maria Madalena Barbosa, Maria Raimunda Rocha, Maria Rosicley Araujo, Maria Soares, Maria Neli Martins, Maria Regina Martins, Maria Xenia, Mariana Bubantz, Marianna Mendes, Marianne Moreira, Marilene Lima, Marina Lages, Marlene Borges, Marlene Silveira, Marli, Martins Bispo, Martionei Gomes, Maurino, Márya da Cruz, Mayara Paiva, Michael Becker, Miguel Matão, Monica Meyer, Nadja Mourão, Natalia Menezes, Nicolau Passos, Olson Rickli, Paola Herrero, Patricia Chavda, Paulo Enoizi, Paulo Henrique Souza, Paulo Junior, Pedro Pereira, Pedro Saramago, Polyana Oliveira, Priscilla Almeida, Rafaela Carneiro, Raquel Assis, Renata Marquez, Rita Mendonça, Roberta Sena, Roberto Oliveira, Rodrigo Otavio Melo, Ronildo Vieira, Rosana Santos, Rubens Dias, Sandra Matos, Sebastiana Maciel, Sergio Vieira, Seu Amilton, Seu Celso, Seu Ramirim, Silvana Teixeira, Silvia Maria Teixeira, Silvio Campos, Simone Veloso, Sylvia Virgínia Leite, Tadeu Ribeiro, Tereza Cristina Bonfim, Thais Teixeira, Valdeci Santos, Valdivina Pereira, Valéria Silva, Vandim, Vanessa Baroli, Vera Lucia Campos, Veridiana Amy, Verônica Freitas, Vinicius Ferez, Violeta Mendes, Vitor Athayde, Walmir Barbosa, Yara Borges e Zilma Alves.

CDM Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana
CEPF - Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos
Cooperativa Pioneira - Cooapi
Cooperativa Sertão Veredas
CooperForte
CTG – Centro de Tradições Gaúchas
Fundação Banco do Brasil
Fundação Pró Natureza
Instituto Galo da Manhã
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)
Paróquia Santo Agostinho
Santuário Santo Antônio



“Essa é a história que o meu avô contava. Porque ele contava, assim, nas fogueiras de São João, a gente naquelas beiras pra fazer fogueira, que a gente era moleque, ele falava que vinha um tempo que o pessoal ia virar formiga; uns indo, outros voltando. Então, a gente ficava meio preocupado com isso. Ele explicava que o pessoal vendia suas terras, uns iam embora, outros voltavam pra aqueles lugares. Não sossegavam. Aí, diz que vinha um tempo do Quetaí onde que a pessoa tivesse, ficava, né? O Quetaí, a gente ficava impressionado, só que eu não me lembro mais como era a explicação dele sobre o Quetaí, porque era, porque não, que o povo tinha que parar. E hoje a gente tá vendo a história do Quetaí, que chegou porque essa tal de pandemia, essa doença, parou o mundo inteiro. Os filhos que tão fora não podem ir visitar os pais e os pais não podem visitar os filho. Então, aonde a pessoa tá, ficou, né? Tá parado. Então hoje ocorre o sentido dessa história que meu avô contava. E ele disse também que vinha um tempo que o mundo tomava conta de cerca de espinho... já passou também, porque o povo cercou o mundo inteiro de cerca de arame farpado. Essas firmas que chegaram também, barrou muito, cercou muita terra. Então, hoje, onde é que o pessoal tá, tem que tá parado. Hoje ninguém tá saindo mais, né? Chegou o tempo de Quetaí mesmo!”

JACINTO PEREIRA DE SOUZA

Manzúá

PATROCÍNIO



PARCEIROS



REALIZAÇÃO

